

Presidente defende jornada mais humana

# Lula: “se dependesse do sistema, nem teria acabado escravidão”

Marcelo Camargo - ABr



“Brasil precisa de submarino com capacidade robusta”, afirma vice-presidente  
“Quem tem a maior costa atlântica do mundo precisa de navios de superfície submarinos com capacidade de vigilância robusta. Quem tem a maior floresta tropical do mundo precisa saber preservá-la e aproveitar seus recursos de maneira inteligente e responsável”, afirmou o vice-presidente Geraldo Alckmin, em celebração ao Dia do Diplomata, no Palácio Itamaraty, em Brasília, celebrou, no dia 29. Pág. 3



“Fim da 6x1 será mais tempo com a família, filhos e mais saúde”

O fim da escala 6x1 vai garantir mais tempo com a família. Mais tempo para acompanhar o crescimento dos filhos, estudar, cuidar da saúde, ir à igreja, viver além do trabalho”, disse o presidente na véspera do 1º de Maio em rede nacional de TV. “Cada vez que damos um passo adiante para melhorar a vida do povo brasileiro, o sistema joga contra. O andar de cima, os bilionários, a elite que só pensa em manter privilégios às custas do povo”, declarou. “Se dependesse do sistema, nem a escravidão teria sido abolida no Brasil. Mas todo dia eu renovo minha fé em Deus e no povo”, disse. Pág. 3

## Desenrola Brasil ajudará a tirar a corda do pescoço de endividados



Cubanos condenaram o bloqueio dos EUA e reafirmaram a determinação de resistir às ameaças de Trump

## 1º de Maio: multidão em Havana mostra povo unido contra Trump

Um gigantesco desfile sacudiu as ruas de Havana neste 1º de Maio (sexta-feira) para “defender a pátria e a revolução” e repudiar o recrudescimento do “bloqueio genocida” imposto pelo governo dos Estados Unidos. Com faixas e cartazes denunciando a política criminosa de Trump, em meio a tensões crescentes de Washington, mais de meio milhão de cubanos marcharam em frente à Embaixada norte-americana e rechaçaram as tentativas de agressão militar. À frente da marcha se encontravam o líder revolucionário Raúl Castro, de 94 anos, e o presidente Miguel Díaz-Canel, que conclamou os cubanos a se mobilizarem contra a política de asfixia e “as ameaças flagrantemente” perpetradas contra a ilha caribenha. Manifestações também em Santiago de Cuba, Holguín, Cienfuegos, Matanzas e Pinar del Río. Pág. 6

Conforme mensagem no 1º de Maio, o presidente Lula assinou na segunda-feira (4) a Medida Provisória (MP) regulamentando as condições de funcionamento do programa Novo Desenrola. Segundo o presidente, o governo pretende permitir às pessoas “tirar a corda do pescoço”, renegociando as dívidas e voltando a ter crédito. Programa atenderá à população que ganha até cinco salários mínimos. Terá duração de 90 dias, descontos de até 90% nas dívidas, juros reduzidos e uso do FGTS. Pág. 2

## Simone defende CPI para apurar conluio Master e bolsonaristas

A ex-ministra do Planejamento, Simone Tebet (PS-B-SP), defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar com profundidade os crimes do esquema do Banco Master, inclusive seus braços políticos. A CPI “é a única forma de nós fazermos uma limpeza cívica na política brasileira” e “é fundamental”, afirmou Tebet. Pág. 3

## Avibrás reinicia produção após 4 anos parada

A Avibrás retomou oficialmente suas atividades na manhã da segunda-feira (4), em Jacareí (SP), após quatro anos de paralisação. Pág. 2

## Petrobrás retoma produção de uréia em Araucária (PR)

A Petrobrás divulgou que a Araucária Nitrogenados S.A. iniciou a primeira produção de uréia desde a retomada da fábrica, que foi colocada à venda no governo Bolsonaro. Pág. 2

## Bolsonarista de Minas defende trabalho infantil e é repudiado

A defesa da exploração do trabalho infantil no Brasil feita pelo ex-governador bolsonarista de Minas Gerais, Romeu Zema, no último 1º de Maio, Dia do Trabalhador, gerou uma série de protestos de políticos nas redes sociais. Em entrevista, Romeu Zema declarou que “hoje é dia do trabalho e aqui no Brasil parece que a esquerda criou essa noção de que trabalhar prejudica a criança”. P. 5

## São Paulo tem 5 vezes mais feminicídio que média nacional

O Estado de São Paulo registrou 86 casos de feminicídio no primeiro trimestre de 2026, um aumento de 41% em relação a 2025, quando 61 mulheres foram assassinadas. O número representa uma morte por feminicídio a cada 25 horas no primeiro trimestre do ano. Os dados são do portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP). A redução dos investimentos pelo governo Tarcísio na prevenção da violência contra as mulheres foi um fator fundamental para essa elevação. Página 4

Guerra de Trump atinge rejeição da era do Vietnã: 61%

## Juros e eleições

O governo precisa oferecer ao chamado “andar de baixo” o mesmo tipo de tratamento que destina aos endinheirados. Trata-se de apresentar um REFIS para os pobres e trabalhadores

PAULO KLIASS\*

O Presidente Lula tem diante de si uma tarefa hercúlea: reverter a elevada desaprovação de seu desempenho à frente do Palácio do Planalto. Tanto ele como seu governo têm enfrentado grandes dificuldades quando a população se manifesta a respeito de sua opinião relativamente ao Executivo federal. Esta informação é bastante relevante quando vem acompanhada pelos resultados de outro tipo de sondagem — as pesquisas de intenções de voto no pleito de outubro próximo.

Os especialistas em processos eleitorais costumam afirmar que uma taxa de aprovação próxima a 45% e de desaprovação em torno de 50% para os chamados “incumbentes” (chefes do executivo que pleiteiam a sua recondução ao cargo pelo voto popular) representa um cenário de alto risco para a própria reeleição. Ora, para superar o quadro atual a menos de 5 meses do primeiro turno em 4 de outubro, tudo indica que o Lula precisa dar um verdadeiro cavalo de pau naquilo que vem impedindo a adoção de políticas públicas voltadas à maioria da população. Trata-se de recorrer à situação de emergência que atravessa a grande maioria da população endividada e encontrar as brechas necessárias para passar ao largo das amarras austericidas impostas pelo Arcabouço Fiscal, elaborado pelo ex-Ministro da Fazenda Fernando Haddad.

Os atuais (ir)responsáveis pela área econômica do governo sempre apresentaram — e continuam a fazê-lo — as desculpas esfarrapadas do “não temos recursos”. Ocorre que isso se trata de uma grande falácia, uma vez que os recursos públicos existem em abundância. O problema é que eles estão sendo utilizados para realização de despesas de outra natureza. Ao invés de promover reajuste nos valores do Bolsa Família ou do salário-mínimo, o governo amplia os gastos com despesas financeiras. Ao invés de recompor estoques reguladores de alimentos para evitar a inflação de alimentos, o governo multiplica as despesas com pagamento de juros da dívida pública. Ao invés de lançar um amplo programa para enfrentar de fato os níveis alarmantes do endividamento da população de baixa renda, o governo faz cara de paisagem e segue com o programa “bolsa banheiro” que já atinge valores trilionários.

### JUROS, MAIS JUROS E AINDA MAIS JUROS

Segundo as informações constantes na mais recente edição do Boletim de Política Fiscal do Banco Central (BC), as despesas direcionadas aos detentores de títulos da dívida pública continuam a crescer de forma preocupante e astronômica. Ao longo do mês de março recente, por exemplo, foram gastos R\$ 119 bilhões na rubrica “juros da dívida pública”. Esse total representou uma despesa de R\$ 5,4 bilhões por cada dia útil do mês. Uma loucura! Para confirmar que estamos diante de uma tendência de explosão dos valores dessa conta, o total gasto com juros em março do ano passado foi de R\$ 75 bi. Ou seja, o aumento foi de 58% na comparação anual.

Além disso, é importante registrar que se trata do segundo maior montante mensal da variável, uma vez que o recorde até o momento ocorreu durante o mês de dezembro do ano passado, quando o total atingido foi R\$ 122 bi. Esse tipo de gasto orçamentário é, com toda a certeza, o mais regressivo de todos. Trata-se de direcionamento de recursos públicos para os setores do topo de nossa pirâmide da desigualdade e que não recolhem nenhum tributo por essa renda parasitária que o Tesouro Nacional lhes oferece de forma benévola e generosa.

Caso seja considerado o volume despendido com essa rubrica ao longo do primeiro trimestre deste ano, estamos também diante de novo recorde. Entre janeiro e março o governo federal encaminhou o equivalente a R\$ 267 bi aos privilegiados detentores de títulos da dívida pública federal. Esse valor representa um crescimento de 38% em relação ao montante gasto no primeiro trimestre de 2025, quando os juros alcançaram o total de R\$ 194 bi.

Continua: <https://horadopovo.com.br/juros-e-eleicoes-por-paulo-kliass/>

\*Paulo Kliass é em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

# Desenrola ajudará endividado a “tirar corda do pescoço”, diz Lula



Presidente Lula no lançamento do Programa Novo Desenrola Brasil



## Sistema Astros, da Avibrás Avibrás reinicia produção após 4 anos de paralisação

Empresa brasileira de alta tecnologia atua no setor de defesa, com destaque para o sistema de lançadores múltiplos de foguetes e mísseis de artilharia, desenvolvido no Brasil e reconhecido no mundo como um dos mais avançados em operação

A Avibrás retomou oficialmente suas atividades na manhã desta segunda-feira (4), em Jacareí (SP), após quatro anos de paralisação provocada por uma grave crise financeira. Constituída como uma nova empresa, a Avibrás Aerod já havia reiniciado a sua produção em São José dos Campos, na última quinta (30).

A companhia brasileira atua na indústria de alta tecnologia de defesa, incluindo mísseis, foguetes, veículos especiais e lançadores espaciais. Os principais contratos da Avibrás são com a Força Aérea e o Exército Brasileiro.

Em nota, a Avibrás Aeroco afirma que “iniciou oficialmente suas operações, reunindo ativos estratégicos e um portfólio tecnológico consolidado de produtos, serviços e sistemas da Avibrás Indústria Aeroespacial”.

“Constituída como uma nova empresa, começa suas atividades com bases sólidas de governança, de estrutura financeira e de operação, alinhadas aos desafios atuais dos setores de Defesa e Aeroespacial e aos interesses de seus clientes, colaboradores e do Brasil”, completa.

Uma reestruturação empresarial e financeira estabeleceu uma nova empresa para garantir a continuidade dos projetos e preservar os núcleos de competência da antiga Avibrás, grande expositiva tecnológica da Base Industrial de Defesa brasileira.

## Múlti australiana compra Mineração Terras Raras

Depósito localizado em Caldas Novas, Minas Gerais, é o maior em recursos estimados de terras raras no Brasil: 3,5 milhões de toneladas de minério

A multinacional australiana Power Minerals concluiu a compra da Mineração Terras Raras S.A., empresa detentora do projeto de terras raras Morro do Ferro, localizado no Complexo de Poços de Caldas de Minas Gerais, onde há outros projetos de terras raras, como os da Meteoric e Viridis. Esta é a segunda aquisição de áreas de terras raras no Brasil, por empresas estrangeiras, em menos de dez dias.

As chamadas terras raras são um grupo de 17 elementos químicos fundamentais

A Avibrás recebeu um aporte de R\$ 300 milhões da iniciativa privada (incluindo Joesley Batista, da J&F), gerido pelo Fundo Brasil Crédito, e aguarda outro aporte de R\$ 300 milhões do setor público. Esses recursos visam viabilizar a reestruturação da empresa, atualmente em recuperação judicial, e assegurar a soberania tecnológica do país.

A nova gestão da empresa afirma que “as capacidades de engenharia, industrial e de certificação de produto nas áreas de propulsão e integração de sistemas tornam a Avibrás Aeroco um ativo único, cobiçado e altamente valorizado por diversas nações e de difícil obtenção, diante das restrições à transferência desse tipo de conhecimento”.

A Avibrás é fabricante do sistema de foguetes Astros, considerado a “joia da coroa” da artilharia do Exército Brasileiro. Exportado para mais de dez países, incluindo Indonésia e Malásia, o sistema terá sua continuidade garantida pela nova gestão.

A nova companhia manterá a parceria com o Escritório de Projetos do Exército (EPEX) para finalizar o Missil Tático de Cruzeiro (MTC-300) — que já conta com 90% do cronograma executado, restando apenas a etapa da campanha de tiro. Paralelamente, a Força Terrestre da companhia avança no desenvolvimento do Mís-

sil Tático Balístico (MTB) S+100. O projeto, que prevê total interoperabilidade com os demais sistemas da Avibrás, é visto como uma solução inovadora e com alto potencial de exportação. As tratativas são conduzidas pelo Comando de Logística (Colog) e pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército.

O diretor-presidente da Avibrás Aeroco, Sami Hasuani, afirma que a prioridade é “alinhar tecnologia e propósito, reforçando o papel das soluções desenvolvidas para atender às necessidades operacionais e estratégicas dos clientes”.

### TRABALHADORES EM DEFESA DA AVIBRÁS

A retomada das operações da Avibrás foi possível também após negociações com os trabalhadores. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região a mobilização dos trabalhadores, ao longo de mais de quatro anos, sendo 1.280 dias de greve, possibilitou o cancelamento de demissões e a construção de um plano alternativo de recuperação judicial. Além do acordo para pagamento de dívidas trabalhistas, estimada em R\$ 230 milhões, após demissões e atraso nos salários.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/avibras-reinicia-producao-apos-4-anos-de-paralisacao/>

Programa atenderá à população que ganha até cinco salários mínimos. Terá duração de 90 dias, descontos de até 90% nas dívidas, juros reduzidos e uso do FGTS

Conforme mensagem do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, o presidente Lula assinou nesta segunda-feira (4) a Medida Provisória (MP) regulamentando as condições de funcionamento do programa Novo Desenrola. Segundo o presidente, o governo pretende permitir às pessoas “tirar a corda do pescoço”, renegociando as dívidas e voltando a ter crédito.

“Não é correto a pessoa estar com o nome sujo no Serasa por causa de uma dívida de R\$ 100 ou R\$ 200. Isso não tem lógica. Ai, o mercado transforma esse cidadão em um clandestino, porque ele não pode mais comprar nada a crédito, nem ter conta em banco”, disse Lula em evento no Palácio do Planalto, com a presença dos ministros Dario Durigan (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho), Bruno Moretti, e Paulo Pereira (Empreendedorismo).

“Vamos fazer com que o povo volte a respirar, vamos melhorar as condições para vocês diminuírem seus endividamentos, para se libertar da dívida do cartão de crédito e cheque especial, vai ter fundo garantidor, mas vocês não podem continuar jogando em bet, por isso estamos proibindo isso por um ano, que as pessoas gastem pouco do seu recurso em apostas”, declarou o presidente.

Em edição extra, ainda desta segunda-feira, a medida será publicada no Diário Oficial da União (DOU). A MP tem o objetivo de reduzir o endividamento das famílias, que chegou a recordes históricos em março passado.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o endividamento das famílias brasileiras alcançou 80,4% dos lares. E, o percentual de famílias inadimplentes está em 29,6%.

O alto custo do crédito, especialmente nas modalidades do crédito pré-aprovado, como o cartão de crédito e outros, tem mantido o endividamento em níveis elevados, aumentando a necessidade de renegociações pelos consumidores.

A manutenção da política contracionista do Banco Central (BC) ao manter a taxa Selic, entre as duas mais altas do mundo, impacta diretamente na manutenção de taxas abusivas por toda a economia.

O Novo Desenrola Brasil é uma iniciativa para aliviar dívidas de brasileiros de baixa renda. E, recuperar condições de crédito, permitindo que famílias de trabalhadores, pequenos empreendedores voltem a “respirar” financeiramente.

“Esse país vem se endi-

vidando há muito tempo, a Covid fez com que a sociedade se endividasse por necessidade mesmo. E tem muita gente que desde aquele tempo ainda está, sabe, enrolado. Pequeno comerciante, dono de bar, dono de restaurante”, afirmou o presidente.

O programa prevê renegociação de dívidas contratadas até 31 de janeiro de 2026 e visa atender brasileiros que ganham até cinco salários-mínimos, ou seja, R\$ 8.105. As negociações serão feitas para débitos do cartão de crédito, cheque especial, rotativo, crédito pessoal, Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A proibição de apostas será controlada pela proibição do envio de recursos para as casas de apostas através cartão de crédito, crédito parcelado, pix crédito e pix parcelado.

As condições anunciadas são:

- Descontos de 30% a 90% sobre a dívida de inadimplentes;
- Possibilidade de uso de até 20% do saldo da conta FGTS para abater a dívida;
- Taxas de juros do refinanciamento de até 1,99%;
- Prazo de até quatro anos para amortização do saldo a pagar negociado;
- Carência de pelo menos um mês para início dos pagamentos;
- Proibição de apostar em bets por uma ano.

Elas foram fixadas e detalhadas outras condições:

- Bancos irão cancelar dívidas de até R\$ 100;
- Quanto ao FGTS será possível usar até 20% do saldo disponível do FGTS, ou até R\$ 1 mil, o que for maior, para pagar débitos.

O programa foi dividido em quatro categorias voltadas para:

- Famílias (estimado em 20 milhões de pessoas);
- Fies (estimado em 1,5 milhão de pessoas);
- Empresas;
- Agricultores rurais (estimado em 800 milhões de pessoas).

A negociação será feita diretamente através dos canais oficiais dos bancos participantes. A estimativa é de que sejam liberados até R\$ 8,2 bilhões aos trabalhadores.

A renda dos brasileiros está sendo comprometida pelo pagamento de dívidas, quase 30% dela. O maior nível da série histórica, iniciada em 2005, conforme o Banco Central. A primeira versão do programa, em 2023, ajudou a reduzir o endividamento, beneficiando cerca de 15 milhões de pessoas, com a negociação de R\$ 53 bilhões em dívidas de diferentes setores.

## Petrobrás retoma a produção de ureia em planta no Paraná

Subsidiária da estatal - Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA) - foi colocada à venda por Jair Bolsonaro

A Petrobrás divulgou na quinta-feira (30) que a Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA) iniciou a primeira produção de ureia desde a retomada da fábrica localizada no Paraná, que foi colocada à venda no governo Bolsonaro. A fábrica esteve hibernada desde 2020.

Com o retorno de Lula ao Palácio do Planalto, além da Ansa, as unidades

Fafen-BA (Bahia) e Fafen-SE (Sergipe) também tiveram suas atividades retomadas, com o início da produção em dezembro de 2025 e janeiro de 2026, respectivamente. A ação visa assegurar o fornecimento de insumos fundamentais à agricultura brasileira.

Atualmente, os fertilizantes importados suprem cerca de 80% da demanda interna anual. Com a nova crise no comércio global desses insumos, impulsionada pelas agressões dos EUA contra o Irã, os preços do insumo voltaram a registrar fortes altas no mercado internacional.

A Ansa possui uma capacidade de produção anual de 720 mil toneladas de ureia, volume que representa aproximadamente 8% do mercado nacional. Além disso, a unidade produz 475 mil toneladas de amônia e 450 mil m<sup>3</sup> de Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32) por ano.

Para o diretor industrial e presidente interino da Ansa, Marcelo dos Santos Faria, “a Ansa volta a produzir ureia em um momento em que ampliar a capacidade interna desse insumo é cada vez mais relevante para o Brasil”.

“Com as Fafens e, agora, a Ansa em pleno funcionamento, reduzimos a dependência externa de ureia e fortalecemos a cadeia produtiva do agronegócio e da indústria nacional. O setor de fertilizantes é estratégico para a Petrobrás, e estamos retomando investimentos com base em estudos de viabilidade técnica e econômica”, afirma Santos Faria.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317  
E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovo@yaho.com.br](mailto:horadopovo@yaho.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



## Vice-presidente Geraldo Alckmin “Precisamos de submarinos para a vigilância robusta do Brasil”, defende Alckmin

O governo federal celebrou, na quarta-feira (29), o Dia do Diplomata, no Palácio Itamaraty, em Brasília. A cerimônia incluiu a entrega da Ordem de Rio Branco e a formatura da turma 2025-2026 do Instituto Rio Branco.

Presidindo o evento, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) reforçou que a diplomacia deve atuar em defesa dos interesses nacionais e da soberania.

Ao discursar, o vice-presidente destacou que representar o Brasil exige atuação “lúcida e altiva”, especialmente em cenário internacional marcado por agressão contra o Irã, ameaças e disputas.

Ao tratar de defesa, o vice-presidente ressaltou a importância de proteger rotas marítimas e recursos naturais.

Alckmin pontuou que a área de defesa vai exigir decisões estratégicas. Ele lembrou que a guerra contra o Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz demonstram como as rotas marítimas permanecem vitais para as cadeias globais de abastecimento.

“Quem tem a maior costa atlântica do mundo precisa de navios de superfície submarinos com capacidade de vigilância robusta. Quem tem a maior floresta tropical do mundo precisa saber preservá-la e aproveitar seus recursos de maneira inteligente e responsável. Nossos estaleiros voltaram a produzir embarcações de defesa moderna. São provas disso o Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), que mantemos com a Alemanha e, o qual foi reforçado na última viagem do presidente Lula a Hanover e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos em parceria com a França”, reforçou.

**MINERAIS CRÍTICOS**  
O vice-presidente não deixou outro tema sensível para a soberania nacional de fora do seu pronunciamento. Ele destacou a importância de preservar as reservas de minerais críticos.

“Temos a oportunidade de reescrever a nossa história. Dessa vez, mais do que extrair os minérios, precisamos criar condições para agregar valor no Brasil. Quem controla essas reservas ditará o futuro industrial, tecnológico e militar. Para o Brasil desenvolver essa cadeia é reduzir vulnerabilidades, atrair investimentos, estimular inovação, formar engenheiros e técnicos para transformar sua riqueza mineral em capacidade industrial.”

**CONTRA A LEI DO MAIS FORTE**  
Alckmin enfatizou a necessidade do país reafirmar o compromisso com o diálogo e a cooperação, em um mundo mais fragmentado e protecionista.

O vice-presidente também enfatizou a tentativa de reposicionar o Brasil no cenário global, citando a participação em fóruns internacionais e iniciativas como alianças contra a fome e a pobreza.

“No mundo onde a paz é ameaçada, devemos estar conscientes de que a paz não é um presente que recebemos sem esforço. Ela somente é obtida a custo de um trabalho incessante daqueles que estão dispostos aos sacrifícios que ela exige. No mundo de desrespeito às regras, saber que sua ausência leva ao predomínio da lei do mais forte e, muitas vezes, ao caos. No mundo desigual, saber almejar o desenvolvimento mais justo e sustentável”, também afirmou o vice-presidente.

**CRIME TRANSNACIONAL**  
A cooperação internacional foi apontada como essencial no combate ao crime organizado. Alckmin defendeu o intercâmbio de informações, o combate à lavagem de dinheiro e o enfrentamento ao tráfico de armas.

Ele também mencionou avanços legislativos recentes e a proposta de integração nacional das políticas de segurança pública.

**INTEGRAÇÃO**  
Ao encerrar o discurso, o vice-presidente reafirmou o compromisso com o comércio internacional baseado em regras.

Destacou a formalização do acordo entre Mercosul e União Europeia e o avanço de negociações com outros parceiros, como Singapura, EFTA e Canadá.

Para Alckmin, essas iniciativas sinalizam que, mesmo em cenário global conturbado, ainda é possível construir consensos por meio da cooperação e do respeito entre nações.

(Com informações da Agência Gov)

# Lula: ‘se dependesse do sistema, a escravidão não seria abolida’

Agência Brasil



## Os bilionários, a elite, só querem privilégios às custas do povo, diz o presidente Simone Tebet defende CPI para investigar o conluio Banco Master e bolsonaristas

A ex-ministra do Planejamento, Simone Tebet (PSB-SP), defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar com profundidade os crimes do esquema do Banco Master, inclusive seus braços políticos.

A CPI “é a única forma de nós fazermos uma limpeza cívica na política brasileira” e “é fundamental”, afirmou Tebet em entrevista ao canal SBT News.

“Ela é atemporal, se não sair agora, vai sair depois, bastam fatos novos. Fatos determinantes nós já temos”, declarou a ex-senadora. “Se há algo que o Brasil não pode normalizar é esquema de corrupção. A gente fala muito da vida pública, mas esquece que há quem corrompe e quem é corrompido”, continuou.

**BOLSONARISTAS**  
Uma CPI para investigar o caso Master é tudo o que os bolsonaristas não querem devido ao envolvimento de vários proceres com o banco falido.

O bolsonarista Ibaneis Rocha, ex-governador do DF, entregou o BRB para Vorcaro sustentar seu banco falido. Cláudio Castro, ex-governador do Rio, outro bolsonarista, torrou quase R\$ 1 bilhão dos servidores do Rio de Janeiro com o Master.

Ciro Nogueira, ex-

ministro e aliado de Bolsonaro, apresentou uma emenda, a “emenda Master”, que acabou não sendo aprovada, de interesse de Vorcaro.

A emenda à PEC da autonomia financeira do Banco Central aumentava de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão o montante coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para aplicações financeiras, que atua em casos de falência ou liquidação de bancos pagando aos clientes.

**COLABORAÇÃO**  
O presidente do Banco Master, Daniel Vorcaro, está preso e negocia uma colaboração premiada.

As investigações já comprovaram que Vorcaro montou um esquema de fraudes que contava com agentes públicos, como o ex-presidente do Banco de Brasília, Paulo Henrique Costa, e servidores do Banco Central na gestão de Roberto Campos Neto.

Paulo Henrique Costa recebeu pelo menos R\$ 146 milhões de propina. Os pagamentos ocorreram por meio da entrega de apartamentos, que eram de propriedade de empresas de fachada de Vorcaro.

O ex-presidente do BRB, que chegou ao cargo por indicação do bolsonarista Ibaneis Rocha (MDB), entregou pelo menos R\$ 12 bilhões do banco público a Vorcaro.

## Mãe do ativista Thiago Ávila morre durante prisão do filho nas masmorras de Israel

A mãe do ativista Thiago Ávila, Teresa Regina de Ávila e Silva, faleceu na terça-feira (5).

“Teresa Regina é lembrada como uma mulher de alegria e de força admiráveis, cuja trajetória foi marcada pela capacidade de enfrentar a vida com leveza, dignidade e amor. Ao longo de sua caminhada, construiu laços sólidos com todos ao seu redor, deixando como marca o carinho, a presença e o cuidado com a família”, lê-se no comunicado divulgado pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, instituição onde a agente policial Luana de Ávila, irmã de Thiago, exerce o cargo de vice-presidente.

A informação da morte de Teresa de Ávila ocorre num momento difícil para a família, em que seu filho, Thiago Ávila, está preso nas masmorras da ditadura de Israel.

A irmã de Thiago pede sua libertação para o ativista estar presente no velório da mãe.

As horas israelenses sequestraram Thiago na quinta-feira (30), quando a flotilha da qual ele fazia parte foi interceptada por

Israel.

A Global Sumud Flotilha era integrada por mais de 20 barcos e 175 pessoas de diversos países que levava alimentos e medicamentos para os palestinos que sofrem com ataques e com o bloqueio de Israel contra a Faixa de Gaza. O grupo foi interceptado em águas internacionais próximas à ilha grega de Creta.

A organização classificou a ação como pirataria e captura de pessoas, afirmando que Israel atua “com total impunidade, muito além de suas próprias fronteiras”.

Ministros das Relações Exteriores de 11 países, incluindo o Brasil, condenaram em declaração conjunta o ataque israelense à Flotilha da Solidariedade Global.

Segundo a declaração, a operação israelense representou uma violação direta de normas internacionais. “Os ataques israelenses aos navios e a detenção ilegal de ativistas humanitários em águas internacionais constituem uma flagrante violação do direito internacional e do direito internacional humani-

“O fim da escala 6×1 vai garantir mais tempo com a família. Mais tempo para acompanhar o crescimento dos filhos, estudar, cuidar da saúde, ir à igreja, viver além do trabalho”, afirmou o presidente em rede nacional de TV

O presidente Lula afirmou que “a elite só pensa em manter privilégios” e que “se dependesse do sistema, nem a escravidão teria sido abolida no Brasil”.

Em pronunciamento feito por ocasião do Dia do Trabalhador, na quinta-feira (30/04) o presidente Lula defendeu a abolição da escala 6×1.

“Cada vez que damos um passo adiante para melhorar a vida do povo brasileiro, o sistema joga contra. O andar de cima, os bilionários, a elite que só pensa em manter privilégios às custas do povo”, declarou.

“Se dependesse do sistema, nem a escravidão teria sido abolida no Brasil. Mas todo dia eu renovo minha fé em Deus e no povo brasileiro, na força de quem levanta cedo, enfrenta dificuldades, cultiva esperança e nunca desiste dos seus sonhos”, continuou.

O presidente relatou ter enviado ao Congresso Nacional um projeto para que a jornada máxima dos trabalhadores seja de 40 horas semanais, com dois dias livres por semana, sem redução de salário.

Ele argumentou que “não faz sentido que, em pleno século 21, com toda a evolução tecnológica, milhões de brasileiros e brasileiras tenham que trabalhar seis dias por semana para descansar apenas um dia”.

“O fim da escala 6×1 vai garantir mais tempo com a família. Mais tempo para acompanhar o crescimento

## Governo lança campanha pelo fim da escala 6×1, que beneficia 37 milhões

O Governo do Brasil lançou no domingo (3) a campanha pelo fim da escala de trabalho 6×1 (seis dias de trabalho para um de descanso), sem redução de salário.

O objetivo central da proposta é garantir mais tempo para a vida além do trabalho, tempo com a família, para o lazer, para a cultura e para o descanso. Ao menos 37 milhões de pessoas serão diretamente beneficiadas com a medida.

Segundo o governo, a garantia do descanso ainda tem potencial impacto positivo sobre a economia, estando alinhada com uma visão moderna de desenvolvimento, que combina produtividade, bem-estar e inclusão social.

A medida estabelece novo limite de jornada em 40 horas semanais e mantém as 8 horas diárias de trabalho (inclusive para trabalhadores em escalas especiais), assegura dois dias de repouso semanal de 24 horas consecutivas (preferencialmente aos sábados e domingos) e consolida o modelo de cinco dias de trabalho para dois dias de descanso.

Os dias de repouso poderão ser definidos em negociação coletiva, respeitando as peculiaridades de cada atividade.

Com o slogan “Mais tempo para viver. Sem perder salário. Porque tempo não é um benefício. É um direito.”, a campanha pelo fim da escala 6x1 será veiculada em canais de mídia digital, televisão, rádio, jornais, cinema e na imprensa internacional.

A proposta é conscientizar empregados e empregadores que reduzir a escala é defender o convívio do trabalhador com sua família, é defender a família brasileira, é valorizar o trabalho, mas, também, a vida além do trabalho.

FONTE: EBC Reprodução



A campanha começou a ser veiculada no domingo, dia 3

# São Paulo tem cinco vezes mais feminicídios que média nacional

E o governador Tarcísio de Freitas não está nem aí

O estado de São Paulo registrou 86 casos de feminicídio no primeiro trimestre de 2026, um aumento de 41% em relação a 2025, quando 61 mulheres foram assassinadas. O número representa uma morte por feminicídio a cada 25 horas no primeiro trimestre do ano.

Os dados são do portal da Secretaria da Segurança Pública do estado (SSP).

No mês de março, quando é celebrado o Dia Internacional da Mulher, foram 30 vítimas de feminicídio. Além de ser o maior da série histórica para o mês, o número representa aumento de 57,9% em relação a março do ano passado, quando 19 mulheres foram assassinadas.

Além das mortes, também houve um aumento expressivo nos descumprimentos de medidas protetivas de urgência, no contexto da violência doméstica, com uma alta de 31,9% em relação ao mesmo período do ano passado, somando 3.020 ocorrências de janeiro a março.

Também cresceram os casos de agressão física no estado. Segundo as estatísticas criminais, foram 19.249 casos de lesão corporal dolosa contra mulheres no trimestre, o que representa aumento de 7,4% em relação ao primeiro trimestre de 2025, quando houve 17.926 registros.

Esse número não é por acaso! Eleito segurando a bandeira da segurança pública, o que Tarcísio entregou foi um verdadeiro desmonte das políticas de proteção à mulher. A proposta de Orçamento para a Secretaria de Políticas para a

Mulher para 2026 com recursos 54,4% menores do que a dotação inicial aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.

## CONSEQUÊNCIAS DO DESCASO

Não é à toa que na gestão de Tarcísio de Freitas São Paulo registrou 5 vezes mais feminicídio que todo o país. A redução dos investimentos na prevenção da violência contra as mulheres foi um fator fundamental para essa elevação. Entre 2022 e 2025, o país teve um aumento de 9,1% nos casos, enquanto São Paulo registrou um crescimento de 43% no mesmo período.

Durante as discussões do Orçamento, Tarcísio encaminhou o projeto da LOA 2025 com a sugestão de R\$9,6 milhões para a pasta das mulheres. Na Alesp, os parlamentares subiram o valor para R\$ 36,2 milhões, incluindo 6,5 milhões em emendas parlamentares. Para a LOA 2026, o governador apresentou proposta com apenas R\$ 16,5 milhões destinados à pasta.

De acordo com um relatório elaborado pelo mandato do deputado estadual Paulo Fiorilo (PT), o governo estadual reduziu em 54,4% os recursos destinados à Secretaria de Políticas para as Mulheres para o ano vigente.

Com o descaso do governo estadual, 266 mulheres foram vítimas de feminicídio em São Paulo em 2025. Somam-se a isso 13.355 casos de estupro e cerca de 96 mil medidas protetivas de urgência concedidas, que sem investimento são sistematicamente descumpridas.

## MPF ajuíza ação por ensaio clínico irregular em pacientes com Covid-19 que resultou 200 mortes em Manaus

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra a União, a rede de hospitais Hospital Samel e dois médicos por supostas irregularidades na condução de um ensaio clínico com proxalutamida em pacientes com covid-19 no Amazonas, durante a segunda onda da pandemia, em 2021, no governo de Jair Bolsonaro. Segundo o órgão, o estudo pode ter contribuído para cerca de 200 mortes.

A ação, protocolada no dia 29 de abril, aponta que a pesquisa foi conduzida em desacordo com normas éticas, científicas e regulamentárias. De acordo com o MPF, o protocolo originalmente autorizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) previa a realização do estudo apenas em uma clínica ambulatorial no Distrito Federal, sem autorização para ampliação a hospitais no Amazonas.

Mesmo assim, segundo a investigação, o ensaio foi expandido para unidades de saúde amazônicas, incluindo pacientes em diferentes estágios de gravidade da doença, inclusive pessoas internadas em estado crítico. O Ministério Público também aponta falhas no processo de consentimento dos participantes, ausência de comunicação adequada de eventos adversos graves e inconsistências nos dados da pesquisa.

A proxalutamida é uma droga experimental desenvolvida para tratamento de câncer de próstata. Durante a pandemia, passou a ser divulgada por setores ligados ao negacionismo científico como suposta alternativa contra a covid-19, apesar da inexistência de comprovação científica de eficácia para essa finalidade e da ausência de registro do medicamento no Brasil.

Além da União e da rede Samel, a ação inclui o então diretor da unidade hospitalar, Daniel do Nascimento Fonseca, e o médico Flávio Adsuara Cadegiani, apontado pelo MPF como responsável pela condução nacional do estudo sem autorização da Conep.

Na época da pesquisa, a rede hospitalar chegou a anunciar ações em cidades do interior do Amazonas, como Maués, Parintins e Itacoatiara, além de Manaus. Segundo divulgado à época, cerca de 600 participantes fariam parte do estudo, dividido entre pacientes que receberiam o medicamento e outros subme-

tidos a placebo.

A médica infectologista Luana Araújo comentou o caso nas redes sociais e destacou a relevância da ação para a saúde pública brasileira. “A primeira [repercussão] é de buscar responsabilizar aqueles que desrespeitam seus preceitos básicos e contribuem potencialmente para desfechos terríveis, como óbitos”, afirmou.

Ela também criticou o uso político de tratamentos sem comprovação científica durante a pandemia. “A segunda, a de mostrar que este país, nossa saúde pública e a nossa população não podem ser sequestrados por pautas políticas, que não obedecem aos princípios da ética e da ciência bem feita.”

Segundo a infectologista, a ação também pode fortalecer a pesquisa científica séria no país. “Terceiro, dá segurança jurídica para quem faz tudo certo e, assim, impulsiona cientistas e indústrias éticos e competentes a investirem mais no nosso país.”

O MPF pede a condenação dos envolvidos ao pagamento de R\$ 85 milhões por danos coletivos, além de medidas de reparação às vítimas e familiares. A ação também solicita programas de assistência médica e psicossocial para pessoas afetadas e a criação de mecanismos de prevenção e fiscalização de pesquisas clínicas em contextos de emergência sanitária.

Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que vem atuando “com firmeza no enfrentamento ao negacionismo científico” e declarou investir no fortalecimento de protocolos baseados em evidências científicas e em medidas para tornar a pesquisa clínica “mais ética, transparente e segura para a população brasileira”.

A época, parlamentares e integrantes da CPI da Covid afirmaram que a resistência ao nome de Luana estaria relacionada à sua posição contrária ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra a covid-19, como cloroquina e ivermectina. Em junho daquele ano, ela depois na Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid no Senado e ganhou destaque nacional ao defender, de forma contundente, a ciência, a vacinação e os protocolos sanitários, tornando-se uma das vozes mais conhecidas no enfrentamento ao negacionismo durante a pandemia.



266 mulheres foram vítimas de feminicídio em São Paulo somente em 2025

## João Campos reúne prefeitos e diz que pedirá a Lula recursos para prevenção a desastres em Pernambuco

O pré-candidato ao governo de Pernambuco João Campos reuniu prefeitos de municípios atingidos pelas chuvas e anunciou que irá solicitar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a liberação de recursos para projetos de prevenção a desastres climáticos. A articulação ocorreu neste sábado (2), em meio ao agravamento da situação na Região Metropolitana e na Zona da Mata.

A iniciativa envolveu uma videoconferência com o secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff, e sete prefeitos de cidades afetadas. A reunião foi realizada em Goiana, na Mata Norte, município que registrou mais de 200 milímetros de chuva nas últimas 48 horas.

Durante o encontro, João Campos afirmou que vai reunir as demandas apresentadas pelas prefeituras para levá-las ao governo federal, com foco em obras estruturantes de prevenção que dependem de recursos do Novo PAC. “Ontem tive a oportunidade de falar com o presidente Lula, com o ministro Waldez Góes, e explicamos a situação que estava acontecendo aqui na Mata Norte e na Região Metropolitana. A gente vai consolidar tudo o que os municípios solicitaram e que tem cadastro já realizado no PAC para eu levar ao presidente Lula e pedir uma ação diante disso. Algumas coisas estão fora da alçada da Defesa Civil, mas, a partir do momento em que o registro e o cadastro são feitos, que há o decreto de emergência e um protocolo aberto, a gente sabe a sensibilidade do presidente Lula para poder autorizar essas intervenções junto ao PAC”, destacou.

Segundo ele, a articulação é essencial para garantir que, além das respostas emergenciais, os municípios consigam acessar investimentos federais voltados à prevenção de novos desastres, que exigem projetos mais complexos e maior volume de recursos. João Campos também ressaltou a diferença no apoio institucional do governo federal atual em relação ao período em que foi prefeito do Recife, durante as chuvas de 2022. “Nós não contamos com nenhum tipo de solidariedade institucional do Governo Federal, nenhuma governança montada naquele momento, nenhuma ajuda, nenhuma ligação de solidariedade. E eu queria dar o testemunho da diferença que é. O presidente Lula, com 30 segundos de ligação, ele atendeu. Com dois minutos, o ministro Waldez retornou, o secretário Wolnei ligou e hoje a gente está aqui fazendo reunião, à tarde já tem reunião, à noite já vamos ter os planos de trabalho. A gente tem que saber reconhecer quem faz o bom dever. Então, quero deixar o meu abraço aos prefeitos, me solidarizar a eles e agradecer a



João Campos junto ao prefeito de Goiana, Marcílio Régio, e o deputado Sileno Guedes

pronta disposição da Defesa Civil nacional”, declarou. O prefeito de Goiana, Marcílio Régio, descreveu o cenário crítico enfrentado pela cidade após o aumento do nível dos rios Goiana, Tracunhaém e Tracunhaém-Mirim. “Tivemos mais de 220 milímetros de chuvas, tivemos alagamentos nos distritos e nas praias, o Rio Goiana subiu e afetou mais de 600 famílias. A situação de Goiana é muito difícil”, relatou.

Também participaram da reunião os prefeitos de Recife, Victor Marques; de São Lourenço da Mata, Vinícius Labanca; de Abreu e Lima, Flávio Gadelha; de Ipojuca, Carlos Santana; de Vitória de Santo Antão, Paulo Roberto Arruda; e de Timbaúba, Marinaldo Rosendo. Após o encontro, João Campos percorreu áreas atingidas pelas cheias na região ao lado do prefeito de Goiana, conversando com moradores desabrigados e profissionais que atuam diretamente nas ações de resposta à crise.

## MP abre inquérito contra ViaMobilidade por “falhas quase que diárias” em linhas privatizadas da CPTM

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) determinou, nesta quinta-feira (30), a abertura de um inquérito civil contra a ViaMobilidade para apurar as falhas constantes nas linhas de trens metropolitanos 8-Diamante e 9-Ésmeralda, administradas pela concessionária, em São Paulo.

De acordo com o UOL, a promotora recebeu representações contra a ViaMobilidade. No documento foi narrado diversas falhas na prestação de serviço pela concessionária, “quase que diárias”, na operação das linhas 8 e 9.

Portaria também cita o descarrilamento de um trem da linha 9 próximo à estação Berrine, na zona sul, no sentido de Osasco, na noite do dia 26 de abril.

Equipes de manutenção trabalharam durante a madrugada, mas os vagões ainda estavam sobre os trilhos no horário de abertura das estações, segundo a concessionária. A operação só foi normalizada por volta das 8 horas da manhã da segunda-feira (27).

Trens passaram a circular por via única no trecho impac-

tado. A medida fez com que os trens usassem apenas um trilho para os dois sentidos, o que aumentou os intervalos e trouxe lentidão na abertura das estações, transformando a segunda-feira do trabalhador paulistano que passa pela linha em um verdadeiro caos na ida ao trabalho.

A ViaMobilidade disse que acionou o PAESE durante o período para reforçar o transporte no trecho afetado, com quarenta ônibus mobilizados para atender o trajeto entre Granja Julieta e Pinheiros. Quantidade essa insuficiente para atender a demanda no horário de pico.

Esse foi o quarto descarrilamento registrado na Linha 9 desde que a ViaMobilidade assumiu a operação. Esse é o segundo descarrilamento em menos de um mês, caso semelhante ocorreu em 31 de março de 2026, próximo à estação Varginha.

Mas, infelizmente, não para por aí. Em 17 de novembro de 2023, perto da estação Santo Amaro; e em 28 de fevereiro de 2023, entre as estações Grajaú e Bruno Covas-Mendes/Vila

Natal.

A linha 8-Diamante, também administrada pela empresa, teve seis descarrilamentos desde sua privatização. Foram dois casos em 2022, três em 2023 e um em 2024.

O inquérito também deve apurar se houve omissão da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). O órgão do governo estadual, comandado então por Tarcísio de Freitas (Republicanos), é o responsável por regular e fiscalizar os contratos de concessão de transporte.

Com a privatização das linhas de transporte sobre trilho, os casos de descarrilamento tem se tornado parte do cotidiano dos trabalhadores paulistanos e paulistas que dependem do serviço diariamente.

De acordo com levantamento divulgado pela TV Globo, a maioria dos descarrilamentos registrados em linhas de trens de passageiros na região metropolitana ocorreu em linhas operadas pela iniciativa privada, sendo 14 em linhas operadas pela ViaMobilidade



Juliana Brizola relembra avô em ato político em Porto Alegre

## “Brizola Vive”: Juliana Brizola lança frente para disputar o governo do RS

Na última sexta (1º) os partidos da coligação que apoiam a pré-candidatura de Juliana Brizola (PDT) ao governo do Estado do Rio Grande do Sul lançaram oficialmente, sua frente política. O ato, realizado em 1º de Maio, veio como forma de evidenciar a vinculação da frente com a defesa de direitos dos trabalhadores, lotou a sede estadual do PDT.

Para marcar a data, as sete legendas divulgaram o documento intitulado ‘Carta ao Povo Gaúcho’, uma espécie de resumo das prioridades que vão apresentar na pré-campanha e na campanha, e que deverão nortear a confecção do plano de governo.

Em três páginas, a carta reforça como tarefa principal da frente reafirmar os valores democráticos e a redução das desigualdades. E destaca o compromisso com emprego, renda, justiça social, educação pública de qualidade, saúde e segurança, “especialmente das mulheres.”

Da mesma forma, o texto também endereça críticas diretas a atual administração estadual do governo de Eduardo Leite (PSD), apontando que o Estado perdeu relevância no cenário nacional, além das privatizações, os índices da educação, as filas na saúde e os feminicídios.

“Vivemos o esgotamento de um modelo baseado na redução do papel do Estado, com privatizações e a retirada de direitos, que não entregou o desenvolvimento prometido. Na educação, já fomos referência e hoje amargamos índices de qualidade em queda; na saúde, milhares de pessoas aguardam por cirurgias, exames e procedimentos; na segurança, nos tornamos o estado brasileiro onde o feminicídio mais cresce”, lista o um dos trechos.

Ainda, os partidos se comprometem com cinco pontos em relação ao Estado. A criação de políticas para a indução do desenvolvimento; a valorização dos servidores públicos; o cumprimento de compromissos constitucionais nas áreas de saúde e educação; o destaque para a agenda ambiental e climática; e a prevalência do interesse público em setores estratégicos, como saneamento, energia e rodovias.

Também são colocados como “compromissos fundamentais”, e neste caso associados a uma pauta nacional, a defesa do fim da escala 6x1 e a valorização do salário mínimo. Além do PDT, integram a frente as federações PT/PCdoB/PV e Pso/Rede, e o PSB.

O principal adversário da chapa de Juliana é o deputado federal Luciano Zucco (PL), que lidera uma frente de direita.

### BRIZOLA VIVE

Juliana Brizola em seu discurso no ato político, lembrou seu avô, Leonel Brizola, que já governou o território gaúcho e foi uma das maiores lideranças de esquerda do país.

“As forças políticas aqui reunidas – trabalhistas, progressistas, democráticas e populares – constroem esta frente, cada uma a seu modo. Inspiradas nas trajetórias de lideranças como Brizola, Collares, Olívio e Tarso, dirigem-se à sociedade gaúcha com um compromisso claro de confiança e trabalho a serviço do povo”, destacou.

Além da própria citação a Brizola, um cartaz gigante com caricaturas dele e de Juliana juntos foi exposto no evento. Estiveram presentes os principais nomes da aliança, incluindo o deputado Paulo Pimenta (PT) e a ex-deputada Manuela D’Ávila (PSOL), que disputam o Senado no estado, além de Carlos Lupi, presidente nacional do PDT.

Por fim, a pré-candidata ainda lançou uma carta ao povo gaúcho, no qual consolida a frente de esquerda que encabeça e cita alguns pontos de seu projeto político.

Diante disso, as forças políticas aqui reunidas — trabalhistas, progressistas, democráticas e populares — constroem esta frente, cada uma a seu modo. Inspiradas nas trajetórias de lideranças como Brizola, Collares, Olívio e Tarso, dirigem-se à sociedade gaúcha com um compromisso claro de confiança e trabalho a serviço do povo.

Defendemos um Estado capaz de planejar, coordenar e induzir o desenvolvimento, promovendo crescimento econômico com distribuição de renda e oportunidades.

A valorização dos servidores públicos é essencial, com diálogo permanente, respeito às carreiras e cumprimento dos compromissos constitucionais nas áreas de saúde e educação.



Foto: Reprodução/Memória da Resistência

## Homenagens a Raimundo Pereira ressaltam sua trajetória na luta contra a ditadura

Um dos mais importantes jornalistas da imprensa progressista e no combate à ditadura, Raimundo Pereira faleceu na manhã de sábado (2), aos 85 anos. Físico de formação, Raimundo Pereira escolheu trilhar o jornalismo, dando enorme contribuição à luta de resistência do povo brasileiro.

Em nota de pesar, a Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) enaltece a figura do “amigo histórico do partido”, “uma personalidade progressista com imensas contribuições à causa democrática, patriótica e popular” e faz um levantamento da sua extensa biografia no jornalismo de esquerda.

“Foi editor do semanário Opinião, jornal de resistência democrática, e liderou o Movimento, ligado a intelectuais progressistas, também combativo veículo contra a ditadura, denunciando os crimes do regime, dando voz a personalidades e a setores democráticos, como o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, Miguel Arrais e Leonel Brizola, e da esquerda marxista, entre eles João Amazonas e Renato Rabelo, dirigentes do PCdoB exilados na França”, afirma a nota do partido.

Nas redes, a presidente em exercício do PCdoB, Nádia Campeão, lamentou a morte do jornalista: “Faleceu nosso grande companheiro Raimundo Pereira, o homem valente, intrépido jornalista que nos ensinava a combater sem destemor a ditadura militar, a defender a democracia e a soberania do Brasil. Um homem de fibra, coerente e revolucionário nas suas ideias e práticas. Nosso profundo agradecimento por sua vida, seu exemplo e seu combate”.

Além de ser fundador do Jornal Movimento, que foi vanguardista como imprensa independente na luta pela democracia, Raimundo Pereira fez parte da equipe que fundou a revista Veja, lançou, em 1985, os cadernos Retrato do Brasil, que traziam em suas páginas o que foi a ditadura militar, “compilando suas mazelas, como a entrega do país, a corrupção, o aprofundamento da desigualdade social e o endividamento externo descontrolado”.

Na década de 90 lançou a revista Reportagem, “posto de combate à política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso”, como descreve a nota do PCdoB, e “colaborou com revistas progressistas, como CartaCapital e Caros Amigos, e foi ativo participante de publicações ligadas ao PCdoB, como a revista Princípios e o jornal A Classe Operária. Participou de outras atividades do Partido, inclusive campanhas eleitorais de candidatos comunistas”.

“Neste momento de dor, os comunistas abraçam familiares e amigos e registram sua gratidão pela contribuição inestimável de Raimundo Pereira para a luta democrática, patriótica e revolucionária, sobretudo no campo da disputa ideológica, valioso legado para as gerações atuais e futuras, na busca de um mundo com justiça social”, finaliza a nota.

Sobre o surgimento do Jornal o Movimento, o jornalista Carlos Azevedo, que integra o Grupo de Pesquisa da Fundação Maurício Grabois, conta: “Em 1975, [Raimundo Pereira] realizou a façanha de criar um jornal autofinanciado, apoiado em cotas de jornalistas e intelectuais, produzido por uma grande equipe de jornalistas engajados na luta contra a ditadura, o Movimento, que já nasceu grande e submetido à censura desde a primeira edição. Esse jornal teve papel destacado na construção da frente pela democratização, defendeu desde o início a exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita. E, mais que isso, lançou a proposta de realização de uma Assembleia Nacional Constituinte que iria se realizar em 1987-1988, base da democratização da nossa sociedade”.

Pernambucano da cidade de Exu, assim como o grande Luiz Gonzaga, Raimundo Rodrigues Pereira foi ainda criança para o interior de São Paulo com os pais. Em São Paulo, no último ano de Engenharia Aeronáutica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1964, foi detido e levado ao Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, em São Paulo. A prisão pela ditadura, em suas próprias palavras, “mudou o rumo de sua vida”. A partir daí dedicou-se à trajetória de um jornalista crítico, combativo, e em defesa da democracia, segundo ele, voltado à “elevação do padrão material e cultural do povo”.

“Mesmo tendo sido perseguido e preso pela ditadura militar, nunca deixou de lutar pela democracia e pela liberdade de imprensa. E, o que é mais importante: nunca se calou”, afirmou o presidente Lula, lamentando a morte do jornalista.

# 1º de Maio: Centrais exigem fim da escala 6x1 e dos juros altos



Manifestação realizada pela CTB e movimentos sociais no centro de São Paulo



A Força Sindical realiza ato no Sindicato dos Metalúrgicos. Abaixo ato da CUT



## Sindicato celebra volta da Avibrás: “Seria um erro entregar ao capital estrangeiro”

A retomada oficial das operações da Avibrás, na última segunda-feira (4), foi celebrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, um dos entes responsáveis pela volta das operações da empresa.

Foi o sindicato que manteve os trabalhadores, altamente especializados, engajados, fez pressão para que o governo federal agisse, possibilitou o cancelamento de demissões e negociou o pagamento de dívidas trabalhistas e salários atrasados, além de muita mobilização pela manutenção da companhia, que atua na indústria de alta tecnologia de defesa, se não estatizada, pelo menos nas mãos do capital nacional.

Para o presidente da entidade, Weller Gonçalves, em entrevista à Sputnik Brasil, “o sentimento de ver os ope-

rários retornando à fábrica é de que valeu a pena a gente ter feito a luta, por mais que tenha sido cansativa, por mais que tenha sido desgastante, principalmente quando é uma situação em que os trabalhadores estão com salários atrasados”, afirmou.

“O erro que seria entregar a Avibrás ao capital estrangeiro”, ressaltou, citando as inúmeras investidas da australiana DefendTex, da saudita Black Storm Military e da chinesa Norinco, sofridas diante da grave crise financeira da empresa, e afirmou que entregá-la a qualquer um desses grupos “seria um crime lesa-pátria”.

“Esse foi um dos momentos mais difíceis que a gente enfrentou, porque o trabalhador com salário atrasado, ele não quer saber quem vai pagar. Ele quer é receber o

que é justo, o que é legítimo”, disse.

Mas “a gente não tremeu a mão para falar, inclusive para os trabalhadores que estavam sem salários, que seria errado entregar a Avibrás ao capital estrangeiro”, salientou.

No último dia 4, o sindicato organizou um ato de boas-vindas aos trabalhadores na portaria da fábrica, e reafirmou seu compromisso com a defesa dos empregos.

“A luta dos metalúrgicos da Avibrás é emblemática. Trata-se de uma mobilização que extrapolou a esfera sindical e chegou à sociedade. O Brasil inteiro reconhece a importância estratégica da Avibrás para o setor de Defesa. Se a fábrica volta a funcionar hoje, o mérito é todo de quem nunca desistiu”, afirmou o dirigente durante o ato.

Centrais Sindicais foram às ruas também pela garantia de mais direitos e empregos de qualidade para o desenvolvimento do país

Centrais Sindicais, trabalhadores, representações políticas e de movimentos sociais, como o Vida Além do Trabalho, entidades de juventude e do movimento de mulheres celebraram nesta sexta-feira, 1º de Maio, o Dia do Trabalhador. Defendendo pautas comuns como o fim da escala 6x1, redução da jornada de trabalho sem corte salarial, queda dos juros, mais empregos e defesa do desenvolvimento do país, da soberania e da democracia, as centrais realizaram as principais manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Logo pela manhã, a CTB reuniu centenas de trabalhadores na Praça Franklin Roosevelt, no Centro da capital paulista. Lembrando que a luta pela redução da jornada de trabalho é uma luta histórica da classe trabalhadora de acordo com a realidade de cada período, o presidente da CTB, Adilson Araújo, destacou a importância “do fim da escala 6x1 e redução da jornada sem redução salarial como uma reivindicação justa, para que os trabalhadores possam viver mais e melhor”.

“Devemos refletir sobre a história, e lembrar que já em 1857, 129 operárias em Nova York foram assassinadas carbonizadas. Ali já existia uma histórica luta pela redução da jornada e melhores condições de trabalho. Em 1896, essa mesma história se repetiu em Chicago, numa luta operária que também fez tremer aquela cidade com esse propósito fundamental. Em 1910, o Brasil foi tomado pelo movimento operário que fez a maior greve geral da nossa história. A gente está caminhando bem!”, refletiu o sindicalista.

“Porque o nosso lado não é o lado da Faria Lima, e sim o lado do povo. Não é de um lambe-botas do imperialismo, como Gabriel Galipolo, que só satisfaz os interesses do ‘deus’ mercado. Não poderemos engolir uma taxa de juros de 14,5%. Isso é menos consumo, é menos alimento, é menos recurso para a educação e para a saúde”, ressaltou o dirigente. Também na organização do ato, esteve presente o vice-presidente nacional da CTB, Ubiraci Dantas.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) saudou os trabalhadores e entidades presentes e, em especial o movimento Vida Além do Trabalho, defensor da redução da jornada de trabalho, que acabou gerando um dos projetos pelo fim da escala 6x1 que tramita na Câmara dos Deputados, de autoria da deputada Erika Hilton, também presente ao ato.

“O fim da escala 6x1 é uma construção que tem trajetória, tem trajetória a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de direitos, sem redução de salários. É uma luta histórica, que ao longo do tempo foi ganhando formas diferentes. É a máxima, fim da escala 6x1, é a bandeira política que mais amplia, mais mobiliza, mais toca o coração da classe trabalhadora brasileira. Por isso, o presidente Lula acertou quando enviou um projeto de lei com urgência constitucional, dando um cheque no Congresso Nacional, para mostrar de que lado está cada deputado”, disse.

“Quem é a favor da classe trabalhadora vai votar pelo fim da escala 6x1 e quem é contra a classe trabalhadora vai fazer o que fizeram esta semana, essa vergonha, aprovando justiça para bandidos, criminosos de estimação que tentaram dar um golpe de Estado no Brasil”, disse Orlando Silva.

“Mas a nossa resposta tem que ser essa aqui, com o povo mobilizado nas ruas, defendendo os direitos dos trabalhadores e a democracia”, disse.

O presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), Irapuan Santos, citou dados de emprego e economia para ressaltar

“que o país vive uma encruzilhada” e que para mudar isso, “precisamos ter um projeto soberano de desenvolvimento”.

“Nós temos hoje 6 milhões e meio de desempregados e 38 milhões de brasileiros no subemprego. Isso significa quase 45 milhões de pessoas marginalizadas na economia. Se fosse na Europa, seria a quinta população da Europa ocidental. Isso significa o quê? Que nós do Brasil precisamos ter um projeto soberano de desenvolvimento”, disse Irapuan.

“Esses milhões de brasileiros são pessoas que não têm futuro, que não têm como educar a família, que não têm direito à saúde, não têm Previdência, não têm Carteira de Trabalho. E esse é o nosso objetivo neste ano fundamental da nossa luta, derrotar o meliante que ficou preso na Papuda e sua família de entreguistas”, afirmou.

“Nós, no Rio de Janeiro, estamos demonstrando isso. Vamos à eleição para governo do Estado e botar por terra vinte anos de entreguismo e de destruição do Estado”, afirmou Irapuan.

“Falo aqui em nome do Congresso Nacional Afro-Brasileiro no centenário do nosso fundador, professor Eduardo Oliveira, e conclamo os trabalhadores, as mulheres, os estudantes, o nosso povo, a arregaçarmos as mangas até o final dessa história”, finalizou.

Falando sobre o fim da escala 6x1, a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) salientou: “essa escala é uma escala que rouba sonhos, rouba dignidade, rouba tempo com a família, rouba oportunidades”.

Lideranças políticas, do movimento sindical e do movimento feminino, durante o ato em São Paulo. Foto: Divulgação

Celebrando o 1º de Maio com um grande encontro no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, defendeu o fim da escala 6x1, e pediu mais diálogo com os trabalhadores de todos os setores econômicos para combater a chamada pejetização. “Na prática, o trabalhador PJ segue trabalhando para alguém, mas sem os direitos da CLT”, afirmou.

Ele também defendeu a mobilização da classe trabalhadora para reeleger o presidente Lula, e exaltou a política do governo em prol dos trabalhadores, como “a lei de igualdade salarial e a valorização do salário mínimo”. Segundo ainda Torres, “o Congresso não representa os trabalhadores”.

Estiveram presentes no evento da Força Sindical, os ex-ministros Fernando Hadad, Simone Tebet e Marina Silva, Kiko Celeguim (presidente estadual do Partido dos Trabalhadores), entre outras lideranças.

Com o lema “Nossa luta transforma vidas”, a CUT promoveu o 1º de Maio no ABC Paulista, que teve início na manhã desta sexta, no paço municipal de São Bernardo do Campo (ABC), com discursos a favor da redução da jornada de trabalho.

O presidente da Central, Sérgio Nobre, reforçou o caráter histórico e de luta do 1º de Maio, lembrando que é um momento de relembrar conquistas que “nunca vieram por dádiva” e de reforçar e planejar as novas lutas.

O sindicalista falou da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, ressaltando que “a escala 6x1 é mais do que uma escala, é discutir projeto de vida”. “O trabalhador precisa de tempo para a família, para saúde, lazer, cultura e para a sua própria formação. O trabalho é central, mas não pode impedir a vida”, disse.

Nobre também defendeu a regulamentação dos trabalhadores por aplicativos de forma a garantir direitos mínimos, cobertura previdenciária e remuneração decente a categoria.



HP

CHARGE DO ÉTON

# Brasil e Espanha exigem que Israel liberte já “cidadãos sequestrados”



Israelense chuta freira que atirou ao chão  
**Israelense empurra freira católica ao chão e lhe desfere chutes**

Agressão religiosa anticristã acontece poucos dias depois do ataque a marretadas contra a imagem de Jesus Cristo por soldados de Israel no sul do Líbano.

A freira de 48 anos foi agredida em Jerusalém Oriental ocupada com empurrões e chutes na cabeça enquanto andava pela cidade. Pesquisadora da Escola Francesa de Pesquisa Bíblica e Arqueológica de Jerusalém, a freira foi atacada na terça-feira, em frente ao Cenáculo, um local sagrado para cristãos e judeus no Monte Sião.

A polícia israelense comunicou que eles realizaram a prisão de um suspeito, um homem de 36 anos, que teria agredido a freira francesa, eles se recusaram revelar a identidade do suspeito. Eles disseram que o agressor foi “movido por motivos potencialmente racistas e direcionado a membros do clero”.

Um jornalista do Canal 13 israelense, Yossi Eli, ressaltou, em uma postagem na rede social X, que o suspeito foi preso somente depois da agressão ter sido amplamente divulgada pela mídia.

“A polícia finalmente acordou depois que seguramos um espelho e repetidas vezes mostramos a gravidade do fenômeno da cristianofobia e prenda o suspeito”, disse Eli.

O padre Olivier Poquillon, diretor da Escola Francesa de Pesquisa Bíblica e Arqueológica de Jerusalém, disse que a freira que foi atacada é uma pesquisadora na instituição e disse que ela não deseja falar publicamente.

“Ontem (terça-feira), por volta das 17:45 (11:45 no horário de Brasília). Ela senti alguém se aproximar por trás dela e jogá-la com força total em uma rocha”, disse o padre Poquillon.

“Enquanto a irmã estava no chão, o homem começou a chutá-la repetidamente”, disse.

Na quarta-feira, o padre Poquillon, em postagem no X, chamou o ataque de uma “agressão gratuita”, e retuitado pelo Consulado Francês que “condenou fortemente” o atentado.

A Faculdade de Humanidades da Universidade Hebraica de Jerusalém, comunicou que expressa “um profundo choque e condenação” pelo ataque ocorrido e denunciou que esses ataques tendo como cristãos, e a simbologia cristã como alvos, estão se tornando cada vez mais frequentes em Israel.

## “NÃO É INCIDENTE ISOLADO”

“Este não é um incidente isolado, mas parte de um padrão preocupante de hostilidade crescente em relação à comunidade cristã e seus símbolos”, comunicou a faculdade.

“Vemos essa violência como um ataque direto aos valores fundamentais de Jerusalém – uma cidade cuja força está em seu pluralismo religioso e seu compromisso com o diálogo seguro e aberto.”

No começo desse mês, o exército israelense teve que deter dois de seus soldados por cometerem ato de vandalismo contra uma imagem de Jesus Cristo, em um vilarejo no sul do Líbano, mas a prisão somente ocorreu depois da foto haber “viralizado” pelo mundo e atrair forte condenação.

Para mostrar que o anticristianismo praticado – de forma cada vez mais intensa e abjeta –, em Israel, não é fenômeno restrito a alguns indivíduos israelenses, no mês passado, a polícia israelense impediu o patriarca latino de Jerusalém, o cardeal Pierbattista Pizzaballa, junto com outros clérigos de fazerem a missa do Domingo de Ramos na Igreja do Santo Sepulcro. Mais uma vez, somente depois de atraírem forte condenação da comunidade internacional, incluindo o Vaticano, os israelenses permitiram a realização da missa. Diante da impunidade flagrante aos que cometem tais crimes, acontece outra agressão, igualmente grave: Imagem de um soldado israelense profanando a imagem da Virgem Maria viralizou nas redes sociais, nesta quarta-feira. De acordo com a emissora pública israelense, Kan, acredita-se que as fotos foram tiradas e postadas online pelos próprios soldados.

Mostram um soldado israelense “fumando um cigarro enquanto coloca outro na boca da estátua da Virgem Maria”. Um porta-voz do exército israelense disse que o incidente realmente ocorreu e que eles estão investigando para tomar medidas cabíveis.

“O assunto está em análise”, comunicou a emissora israelense.

Fica cada vez mais evidente que a falta de punição cabível aos soldados e cidadãos profanadores do cristianismo, no seu berço histórico, trata-se de um estímulo a esta prática que se alimenta do supremacismo judaico utilizado fartamente para garantir a continuidade do colonialismo e apartheid alimentados pela ideologia exclusivista do sionismo.



Thiago Ávila e Saif Abu Keshek denunciam que foram espancados

## 1º de Maio em Cuba traz unidade contra bloqueio e ameaça de invasão por Trump

Cubanos condenaram o recrutamento do bloqueio imposto pelos EUA e reafirmaram, ao lado do presidente Miguel Díaz-Canel e do líder Raúl Castro, a determinação de resistir às ameaças de Washington e seguir na construção de uma pátria soberana e socialista.

Um gigantesco desfile sacudiu as ruas de Havana neste 1º de Maio (sexta-feira) para “defender a pátria e a revolução” e repudiar o recrutamento do “bloqueio genocida” imposto pelo governo dos Estados Unidos. Com faixas e cartazes denunciando a política criminoso de Trump, em meio a tensões crescentes de Washington, mais de meio milhão de cubanos marcharam em frente à Embaixada norte-americana e rechaçaram as tentativas de agressão militar.

A frente da marcha se encontravam o líder revolucionário Raúl Castro, de 94 anos, e o presidente Miguel Díaz-Canel, que conclamou os cubanos a se mobilizarem contra a política de asfixia e “as ameaças flagrantes” perpetradas contra a ilha caribenha.

Com o mesmo compromisso, centenas de milhares ocuparam as praças e avenidas de cidades como Santiago de Cuba, Holguín, Cienfuegos, Matanzas e Pinar del Río, para protestar contra o desumano embargo em vigor a partir de 1962, agravado pelo bloqueio petrolífero imposto a partir de janeiro, desde quando chegou um único petroleiro russo, impondo apagões a residências, escolas e hospitais.

### BLOQUEIO

Representando os trabalhadores da Indústria Química, Yolaidis Hernández Valdés

## Manifestantes vão em Pete Hegseth, secretário da Guerra de Trump ao discursar no Senado

O secretário de Guerra dos Estados Unidos, Pete Hegseth, foi vaiado por manifestantes no Capitólio enquanto discursava perante o Comitê de Serviços Armados do Senado, na quinta-feira (30).

Hegseth tentava minimizar os gastos com a guerra contra o Irã quando um manifestante o interrompeu bradando: “Você é um criminoso de guerra. Você deveria ser preso. O que você está fazendo é desprezível!”.

O cidadão que iniciou a denúncia contra Hegseth ergueu um cartaz escrito à mão, afirmando que os norte-americanos não querem participar da guerra contra o Irã. Foi escoltada para fora da audiência pela Polícia do Capitólio, juntamente com outros manifestantes.

Questionado sobre quanto mais o governo pretende gastar na campanha militar, o secretário preferiu não responder. O foco da audiência era o novo pedido de orçamento da mal denominada “defesa” do Pentágono. O governo Trump pediu cerca de US\$ 1,5 trilhão para 2027, um aumento de 40% em relação a 2026.

### GASTOS NA GUERRA

Já a cifra de US\$ 25 bilhões apresentada pelo Pentágono como o custo da guerra legal contra o Irã é cada vez mais considerada enganosa, visto que novos detalhes apontam para um gasto financeiro



Multidão em marcha desfilou pelas ruas de Havana

rechaçou o “bloqueio econômico, comercial, financeiro e energético intensificado” pelo governo dos EUA e agravado pela ordem executiva de janeiro de 2026. “Não vamos parar. Temos a responsabilidade de nos reinventar para crescer. Quando transformamos complexidades em oportunidades, construímos nossa nação, fazemos revolução”, acrescentou.

Hernández Valdés prestou uma homenagem ao legado do centenário do comandante Fidel Castro no seu centenário, reforçando sua responsabilidade de “ser um povo cada vez mais solidário, internacionalista, anti-imperialista e pacífico”.

“Fidel continua a nos convocar a resistir e a superar. Nas circunstâncias mais difíceis, nunca houve, nem jamais haverá, uma tarefa impossível”, sublinhou.

Em sua intervenção na Tribuna Anti-imperialista o presidente da Comissão Organizadora do 22º Congresso da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), Osnay Miguel Colina Rodríguez, ressaltou a firmeza do povo de José Martí e Fidel frente ao adversário.

“Nossos inimigos tentaram de tudo. Pensaram que nos veriam aflitos, rendidos, e aqui

estamos nós, determinados e firmes, com o pé no estribo e lutando”, declarou Osnay, comemorando a resposta contundente de todo um povo. “Há Cuba socialista e sem rendição nem esquecimento da história, sem traição à glória vivenciada”, disse.

“Em meio a essa tempestade, Cuba, uma ilha de resistência, continua a ser um farol moral, sem exércitos para invadir, sem algoritmos digitais para mentir. Este país enviou médicos onde outros enviam bombas, ofereceu alfabetização onde outros impõem o analfabetismo funcional e compartilhou o pouco que tem onde outros acumulam riquezas. Nossa maior arma não é um míssil, mas a certeza de que outro mundo, melhor, é possível”, ressaltou Osnay.

O líder da CTC recordou que o bloqueio dos EUA “atingiu níveis sem precedentes nos últimos anos” e afirmou que “o rosto humano da asfixia constitui a maior acusação desse crime. Para dizer de forma clara e denunciá-lo de qualquer plataforma, trata-se de uma punição coletiva implacável”.

Detenção “equivalente a crime”, ressalta documento, frisando que a Flotilha encontrava-se em águas internacionais, fora da jurisdição do governo israelense. Em greve de fome, Thiago Ávila e Saif Abu Keshek relatam ameaças de morte

Em comunicado conjunto, os governos do Brasil e Espanha condenaram “o sequestro de dois de seus cidadãos em águas internacionais pelo governo de Israel”. Os ativistas integravam a Flotilha Humanitária Global Sumud que, com dezenas de barcos e 211 pessoas, se dirigia a Gaza, levando mantimentos para atenuar a grave crise humanitária imposta pelo cerco israelense, condenado pela ONU.

“Esta ação flagrantemente ilegal das autoridades israelenses, fora de sua jurisdição, constitui uma afronta ao direito internacional, está sujeita a julgamento perante tribunais internacionais e configura crime em nossas respectivas jurisdições”.

Exigindo o retorno imediato de seus cidadãos, Brasil e Espanha conseguiram o acesso à visita dos membros do consulado que receberam a denúncia de Thiago Ávila que “relatou ter sido submetido a tortura, espancamentos e maus-tratos” pelos carcereiros israelenses.

“Durante uma visita monitorada, na qual ele estava separado por um vidro e impossibilitado de se comunicar livremente, funcionários da embaixada observaram marcas visíveis em seu rosto. Ele relatou dores significativas, principalmente no ombro”, denunciou o comunicado da flotilha. “Apesar de ter sido examinado por um médico, não recebeu atendimento médico adequado. A embaixada agora insiste em tratamento imediato e apropriado”, enfatizou.

O regime de Netanyahu acusa Thiago Ávila e o espanhol Saif Abukeshk de trabalharem ilegalmente com a Conferência Popular para os Palestinos no Exterior, uma organização sancionada pelos EUA e descrita como uma “fachada do Hamas” pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA.

### ATIVISTAS PRESOS

Conforme esclareceram os organizadores da flotilha, 34 ativistas – entre eles cidadãos da Austrália, Colômbia, Itália e Estados Unidos – foram “socoados, chutados e arrastados pelo convés com as mãos amarradas nas costas”, quando “sofreram fraturas no nariz, tiveram costelas quebradas e espancamentos sangrentos”. “Tiros foram disparados contra eles”, que foram levados para o hospital após retornarem à Grécia, disseram os organizadores.

Após uma visita nesta segunda-feira (4) à Prisão de

Shikma, as advogadas da organização de Direitos Humanos Adalah, Hadeel Abu Salih e Lubna Tuma, relataram o abuso psicológico e os maus-tratos sofridos por Ávila e Abukeshk. Ambos os ativistas estão em seu sexto dia de greve de fome (bebendo apenas água) em protesto contra seu sequestro ilegal e mantidos em isolamento total.

Thiago Ávila relatou ter sido submetido a interrogatórios repetidos que duraram até oito horas, onde o ameaçaram explicitamente pelos guardas israelenses de que seria “morto” ou “passaria 100 anos na prisão”. Suas celas são mantidas sob iluminação constante de alta intensidade 24 horas por dia, uma prática conhecida do Serviço Prisional Israelense (IPS) especificamente projetada para induzir a privação de sono e a desorientação sensorial.

Além disso, Thiago relatou ter sido mantido em temperaturas extremamente baixas. Eles são mantidos vendados o tempo todo sempre que são levados para fora de suas celas, inclusive durante exames médicos, deixando evidente que a detenção é uma tentativa de criminalizar a ajuda humanitária e a solidariedade.

A Adalah aguarda para saber se o Estado apresentará um pedido de prorrogação da detenção nesta terça-feira (5), mas continuará exigindo sua libertação imediata e incondicional, além do fim de todos os procedimentos ilegais.

### PCDOB SOLIDÁRIO

Liderada pela deputada Jandira Feghali (RJ), a bancada do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) na Câmara dos Deputados “exige das autoridades israelenses a imediata libertação do cidadão brasileiro Thiago Ávila integrante da Global Sumud Flotilha que presta solidariedade ao povo palestino vítima de genocídio em Gaza”.

“Thiago e outros companheiros foram sequestrados pela marinha israelense na madrugada de quinta-feira, 30 de abril, em águas internacionais na cercania de Creta, na Grécia. Há informações de que dois dias após o sequestro e detenção criminoso, mantidos sob custódia naval, foram levados ao Centro de Detenção de Shikma, em Ashkelon, Israel, à revelia de autoridades brasileiras presentes na região através da Embaixada do Brasil naquele país”, aponta a nota.

Para o PCdoB, “a detenção de Thiago Ávila configura grave violação das normas do direito internacional, bem como dos direitos humanos fundamentais fundados na Carta das Nações Unidas que rege as relações entre os países”.

## China recorre a lei antissanção e ordena que empresas ignorem as restrições impostas pelos EUA

EUA e seus vassallos impuseram sanções, contra empresas chinesas por fazerem comércio com petróleo iraniano e russo. Segundo o Departamento do Tesouro dos EUA, essas empresas chinesas respondem à maioria do petróleo iraniano comprado pelos chineses.

Pela primeira vez, a China publicamente rejeita sanções impostas pelos EUA. Com uma lei feita especificamente para barrar sanções estrangeiras que considere ilegais, o Ministério do Comércio da China instruiu que empresas chinesas ignorem as sanções americanas contra as cinco refinarias acusadas de comprar petróleo iraniano.

“Essa receita, em última análise, beneficia o regime iraniano, seus programas de armas e militares”, disse o Tesouro dos EUA, como se isso fosse motivo justo para pressões de Washington.

Como a guerra iniciada pelos americanos contra o Irã se mostrou uma catástrofe geopolítica para o governo norte-americanos eles estão recorrendo novamente a sanções contra o Irã para pressionar o governo do país asiático a reabrir o Estreito de Ormuz, por onde passa 20% do petróleo consumido no mundo. O governo da China e suas

empresas estatais negaram que fazem comércio direto do petróleo iraniano. E dados alfandegários não registraram importações iranianas desde 2023.

Uma das empresas acusadas, a ‘Hengli Petrochemical’, um conglomerado chinês, líder mundial no refino de petróleo, negou as alegações norte-americanas.

O governo chinês denunciou a ilegalidade das pressões dos EUA que, sob a lei internacional, tais sanções sem uma mandato da ONU são ilegais. Pela lei chinesa, introduzida em 2021, o governo tem o poder de impor contramedidas a empresas e indivíduos que acatarem as sanções, com restrições de comércio e investimentos.

O jornal do PC da China, o Diário do Povo, em artigo, disse que a medida do governo da China, “usa o Estado de Direito, para combater precisamente a ‘jurisdição de braço longo’ dos EUA”.

A China, crítica do uso de sanções unilaterais citaram interesses de soberania e segurança nacional para proibirem o cumprimento das sanções por empresas chinesas.

A decisão do governo da China acontece às vésperas da visita à China por Trump, prevista para ainda neste mês.



Manifestante ergue cartaz exigindo fim da guerra

muito maior, além dos danos significativos às forças norte-americanas causados por ataques defensivos iranianos.

Esse montante, apresentado por um alto funcionário do Pentágono a parlamentares na quarta-feira (28) como o custo total da guerra até o momento, subestima significativamente a realidade, informou a CNN, citando fontes anônimas familiarizadas com avaliações internas.

Para efeito de comparação, o montante representa apenas uma fração dos recursos autorizados para auxiliar a Ucrânia. Além disso, o Departamento de Defesa solicitou um orçamento histórico de 1,5 trilhão de dólares para o próximo ciclo. Esse pedido contrasta com a proposta inicial da atual gestão de manter o país afastado de grandes conflitos externos.

Depois da vaia, durante a audiência de quase seis horas perante o Comitê de Serviços Armados da Câmara, onde foi submetido a intensos questionamentos sobre os custos da guerra em dinheiro, vidas e o esgotamento dos estoques de armas essenciais.

### “FORA HEGSETH”

Membros do partido democrata na Câmara dos Representantes, apresentaram uma petição para destituir o secretário de Guerra, Pete Hegseth.

O secretário está sob investigação devido a seu papel nas operações dos EUA no Irã e na Venezuela, sob acusações de desvio, abuso de poder e crimes de guerra.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Israel rompe cessar-fogo com o Líbano e assassina 14 civis em dois dias

Passando por cima do acordo de cessar-fogo com o Líbano, as Forças de Extermínio de Israel atacaram a cidade de Habboush na sexta-feira (01), assassinando seis pessoas, incluindo uma mulher e uma criança, de acordo com o Ministério da Saúde libanês.

“Civis continuam morrendo, crianças continuam sendo bombardeadas, além de médicos e jornalistas que continuam sendo alvejados”, afirmou Thienminh Dinh, médica de emergência da organização Médicos Sem Fronteiras, na cidade de Tiro, à Al Jazeera.

Desde os primeiros ataques, em março, são 270 mulheres e 170 crianças assassinadas desde o início da invasão ao país.

Dinh observou que os corpos estão se acumulando e que muitos dos mortos eram trabalhadores da defesa civil, vítimas de ataques israelenses enquanto realizavam resgates.

“Isso acontece apenas um dia depois de Israel ter matado oito civis no sul do Líbano. Quatro deles eram mulheres e dois eram crianças. Tudo isso está ocorrendo durante o ‘cessar-fogo’, denunciou Ali Rida Sbeity, correspondente da RT, em reportagem no distrito de Tiro, no Líbano.

O chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, tenente-general Eyal Zamir, confirmou na quarta-feira (29/03) que “não há cessar-fogo” com o grupo Hezbollah, apesar da trégua mediada pelos Estados Unidos entre Israel e o Líbano que, pelos fatos, não está valendo para as forças de Netanyahu.

Donald Trump havia anunciado em 23 de abril a prorrogação do cessar-fogo entre Israel e Líbano por mais três semanas, visando um acordo de paz definitivo, após uma trégua inicial de 10 dias iniciada em 16 de abril. Nos termos do acordo, Israel se comprometeu a interromper as operações ofensivas no Líbano.

O sheik Naim Qasem, atual secretário-geral do Hezbollah, confirma: “não há cessar-fogo no Líbano; o que existe é uma agressão contínua de Israel e dos Estados Unidos”.

“O Líbano é o país que está sob ataque, e é o Líbano que precisa de garantias para preservar sua segurança e soberania”, enfatizou.

Ele também denunciou que “Israel não cumpriu uma única etapa do acordo de cessar-fogo e o violou mais de dez mil vezes”.

“A Resistência, juntamente com o povo e seus apoiadores, apesar de contar com poucas tropas e equipamentos limitados, mantém-se firme contra a tirania dos monstros em forma humana e oferece seus mártires da maneira mais bela e solene. A Resistência impediu o inimigo de alcançar seus objetivos e continua resistindo neste caminho”, enfatizou.

Mais de 2.600 pessoas foram mortas no Líbano desde 2 de março, e cerca de 1,2 milhão foram deslocadas, de acordo com as autoridades libanesas.

## Forças russas impedem golpe apoiado por Macron contra o governo do Mali

Forças de segurança da Rússia deram apoio aéreo, ajudaram o governo do Mali contra grupos armados que fizeram ataques coordenados em larga escala contra a capital, as cidades de Kati, Gao, Sevare e Kidal foram alvos de ataques no sábado, 25.

O primeiro-ministro do Mali, Abdoulaye Maiga, disse que o objetivo dos golpistas era o de semear medo, dúvida e desestabilizar as instituições do país. Além da capital, as cidades de Kati, Gao, Sevare e Kidal foram alvos de ataques no sábado, 25.

O ministro da Defesa do Mali, general Sadio Camara, foi morto em um tiroteio com os golpistas depois de um ataque suicida com carro-bomba explodir em sua casa em Kati, a 15km da capital. A segunda esposa de Camara e dois de seus netos também morreram no ataque. Uma mesquita onde fiéis se abrigaram ficou destruída.

Os ataques foram reivindicados pelo grupo terrorista Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), uma coalizão de terroristas ligados à Al-Qaeda que operam na região do Sahel, e pela Frente de Libertação Azawad (FLA), um grupo separatista tuaregue do norte do Mali.

O chefe de Estado-Maior do Mali, Oumar Diarra, comuni-

cou na TV estatal que mais de 200 terroristas foram mortos durante o combate de sábado.

No início deste ano, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, acusou o governo da França de fomentar atentados de grupos terroristas na região do Sahel. O ministro disse que os franceses usam de “métodos coloniais” no esforço para “derrubar governos nacionalistas” da região do Sahel que eles consideram como indesejáveis.

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia também apontou que dados preliminares revelam a cooperação de Paris com serviços de segurança ocidentais no treinamento dos terroristas.

O Ministério da Defesa da Rússia descreveu o ataque como uma tentativa de golpe desses grupos contra o governo do Mali. Os russos disseram que os terroristas contavam com cerca de 12.000 combatentes e que teriam sido treinados “com a participação de instrutores mercenários ucranianos e europeus”.

Em 2022, o Mali, expulsou as forças militares francesas do país, acusando o governo Macron de dar apoio a esses grupos terroristas. Burkina Faso e o Níger seguiram a medida do Mali e também expulsaram as forças francesas de seus países, em 2023, e se aliam com a Rússia por apoio a sua segurança.

# Guerra de Trump no Irã chega ao nível de rejeição da era do Vietnã: 61%



Equipamento militar dos Estados Unidos destruídos durante os ataques ao Irã

## Irã alerta: “nosso acordo de paz é melhor que a saída militar impossível” de Trump

A Guarda Revolucionária do Irã lançou um comunicado neste domingo (3) em defesa da proposta de paz apresentada por Teerã, frisando que, a partir de agora, “a margem de manobra dos Estados Unidos diminuiu significativamente”.

“Trump precisa escolher entre uma operação militar impossível ou um mau acordo com a República Islâmica do Irã”, afirmou o documento, ressaltando a necessidade de que as tropas estadunidenses suspendam o bloqueio aos portos iranianos, mas sem especificar um prazo para o cumprimento dessa exigência.

Segundo a agência de notícias Tasnim, o Irã, por meio do Paquistão como mediador, apresentou uma proposta de 14 pontos para encerrar definitivamente a guerra iniciada pelos EUA em 28 de fevereiro e terminou após um cessar-fogo prorrogado indefinidamente, com o objetivo de dar tempo para negociações de paz.

Entre os pontos incluídos na proposta estão garantias de não agressão, a retirada das tropas norte-americanas das proximidades do Irã, o fim do bloqueio naval, a liberação de ativos iranianos congelados, o pagamento de reparações, o levantamento das sanções e o fim da guerra em todas as frentes, incluindo o Líbano, bem como um novo mecanismo para o Estreito de Ormuz.

Desconsiderando o tsunami de protestos que sacode os EUA contra a sua política belicista, Trump limitou-se a



Guarda Revolucionária reforça proposta de paz e aponta que “a margem de manobra dos EUA está reduzida”

dizer que iria “avaliar” a proposta de paz do governo persa, mas sem qualquer compromisso. “Em breve analisarei o plano que o Irã acabou de nos enviar, mas não consigo imaginar que seja aceitável”, declarou.

Disparando contra a diplomacia e o diálogo, Trump reiterou suas críticas e esbravejou de forma arrogante que o regime iraniano ainda não pagou “um preço suficientemente alto pelo que fez à humanidade e ao mundo nos últimos 47 anos”.

O Irã e os Estados Unidos realizaram uma reunião de alto nível na capital do Paquistão, Islamabad, nos dias 11 e 12 de abril, mas não conseguiram chegar a um acordo para pôr fim ao conflito. Desde então, não houve acordo para retomar as negociações; no

entanto, a troca de mensagens continua.

Defendendo a retomada das negociações, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, condenou os bombardeios dos Estados Unidos e de Israel, por trazerem risco à segurança internacional, já que apontam para o colapso da diplomacia, violam o Direito Internacional e a Carta da ONU. Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) repudiou os ataques contra o Irã, que resultaram na demolição e danos irreparáveis a locais históricos e culturais — como o Palácio Golestan (patrimônio mundial) em Teerã, o Chehel Sotoun e a Mesquita Masjed-e Jameh, além de inúmeras infraestruturas estratégicas.

## Repúdio à guerra de Trump e defesa dos salários marcam o 1º de Maio na Europa e Estados Unidos

Os trabalhadores se recusam a pagar o preço da guerra de Donald Trump” no Oriente Médio, declarou a Confederação Europeia de Sindicatos, que representa 93 organizações sindicais em 41 países europeus, onde marchas do Dia Internacional do Trabalhador ocorreram em dezenas de cidades. “As manifestações de hoje mostram que os trabalhadores não ficarão de braços cruzados enquanto seus empregos e padrões de vida são destruídos”, enfatizou a confederação.

A proteção contra a inflação, a insegurança no emprego e as reformas trabalhistas e previdenciárias que estão sendo preparadas por alguns governos estiveram no centro das marchas do Dia Internacional do Trabalhador na Europa e nos Estados Unidos neste 1º de Maio.

Em Portugal, milhares de pessoas marcharam pelas ruas de Lisboa exigindo aumentos salariais, após o anúncio de uma greve geral para junho, a segunda em menos de um ano, contra a reforma da legislação trabalhista que está sendo negociada pelas autoridades.

O secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Inter-Sindicato Nacional (CGTP-IN), a principal federação sindical do país, Tiago Oliveira, afirmou que a reforma pretendida é “um profundo retrocesso” e que existe um “problema concreto” com a “distribuição justa da riqueza que nós, trabalhadores, criamos”.

“O objetivo não é aumentar os salários, nem valorizar quem trabalha; o objetivo é atender às mesmas pessoas de sempre, que são as grandes empresas,



Multidão nas ruas de Barcelona no 1º de Maio (foto EFE)



Manifestantes na região central de Chicago (foto EFE)

os grandes grupos econômicos”, disse ele à imprensa.

Na Espanha, marchas pelo Dia Internacional do Trabalhador ocorreram em cerca de 80 cidades sob o lema “Direitos, não trincheiras. Salários, moradia e democracia”.

Com salários, moradia e a precariedade dos serviços públicos básicos como principais reivindicações, milhares de espanhóis marcharam num dia em que também se ouviram vozes de rejeição à extrema-direita, representada pelo Vox, juntamente com um sonoro “Não” à guerra e às ambições imperialistas de Donald Trump.

Na França, mais de 300 mil manifestantes participaram de centenas de protestos e marchas por todo o país reivindicando melhores salários para lidar com os altos preços da energia e a inflação crescente devido à guerra comercial entre os EUA e Israel contra o Irã e à interrupção no Estreito de Ormuz, política à qual o governo de Macron se dobra.

A maior manifestação ocorreu em Paris, reunindo mais de 100 mil pessoas.

Pelo menos 400 protestos foram realizados em toda a Alemanha.

Leia mais no site do HP

Mais de 50 mil soldados dos EUA haviam morrido no Vietnã em 1971 quando 61% dos americanos rejeitaram aquela guerra. Agora, igual índice não aceita a agressão de Trump ao Irã após 13 baixas em 60 dias

“A guerra do presidente Donald Trump no Irã é tão impopular entre os americanos quanto a Guerra do Iraque durante o ano de pico de violência em 2006 e a Guerra do Vietnã no início dos anos 1970”, segundo uma pesquisa do Washington Post-ABC News-Ipsos.

Esse nível de rejeição acontece em meio ao “aumento da dor econômica e ao medo de terrorismo como resultado da campanha militar”, registrou ainda o The Washington Post.

O Post informa que “61% dos americanos dizem que usar força militar contra o Irã foi um erro” e “menos de 2 em cada dez americanos” acreditam que a guerra dos EUA no Irã foi “bem-sucedida”.

Cerca de 4 em cada 10 dizem que não teve sucesso, enquanto outros 4 em cada 10 dizem que é “cedo demais para dizer”.

“Os números das pesquisas indicam um esforço de guerra amplamente impopular e um aumento das consequências econômicas em um momento em que a Casa Branca tem tentado convencer os americanos de que eles estão melhor sob Trump do que sob os democratas.”

O Post destrincha, então, as perguntas chave da pesquisa, começando por “Considerando tudo, você acha que os Estados Unidos fizeram a coisa certa ao usar força militar contra o Irã, ou acha que isso foi um erro?”

Para 61% dos adultos, trata-se de um “erro”, enquanto apenas 36% a consideram como a “decisão certa”. Entre democratas, 91% a consideram um “erro”, contra apenas 8% que aprova a ida à guerra. E um erro, disseram 71% dos independentes, em comparação com 19% a favor.

O que se inverte entre os republicanos: 79% aprovam, contra 19% que consideram ser um erro.

### IRAQUE E VIETNÃ

Mais adiante, o Post destaca que “a comparação histórica com as guerras do Iraque e do Vietnã — conflitos que polarizaram os americanos no momento e, no fim, passaram a ser vistos como fracassos — é especialmente notável”.

“Demorou anos para que a Guerra do Iraque, iniciada em março de 2003, atingisse o nível de desaprovação que a guerra de Trump tem em apenas dois meses. 59% dos americanos em meados de 2006 disseram que a guerra no Iraque foi um erro, enquanto números semelhantes pensavam o mesmo sobre a guerra do Vietnã no início dos anos 1970”, enfatiza o Post.

A publicação destaca, então, que os americanos “estavam morrendo e sendo feridos em números muito maiores nessas épocas, tornando as opiniões atuais ainda mais marcantes”.

“Mais de 50 mil americanos haviam morrido no Vietnã em 1971, quando a Gallup descobriu que 61% dos americanos disseram que enviar tropas para lutar ali foi um erro”.

“E em abril de 2006, no mês anterior, uma pesquisa do Washington Post-ABC News revelou que 59% dos americanos disseram que a Guerra do Iraque foi um erro, 2.402 soldados americanos morreram lá, e o exército americano estava envolvido em alguns dos combates mais sangrentos do conflito”.

E compara com os dias de hoje: “o Pentágono anun-

ciou as mortes de 13 militares americanos até agora na guerra contra o Irã”.

Ainda segundo o Post, “muitos americanos temem que o conflito leve a uma recessão”: 60%, pela pesquisa.

“Mais de 4 em cada 10 dizem que o preço da gasolina está fazendo com que dirijam menos e reduzam os gastos domésticos, enquanto mais de 3 em cada 10 dizem que mudaram os planos de viagem ou férias. Seis em cada dez americanos relatam pelo menos um desses impactos.

Poucos americanos esperam que os preços da gasolina melhorem dentro do próximo ano — potencialmente um sinal de alerta para os republicanos, que esperam superar a dor até as eleições de meio de mandato de novembro.

Metade dos americanos acha que os preços da gasolina vão piorar no próximo ano, enquanto 21% acham que vão melhorar e 15% acham que vão continuar mais ou menos o mesmo.”

Desde fevereiro, a parcela de pessoas dizendo que estão “ficando financeiramente para trás” cresceu de 17% para 23%, enquanto a parcela que diz que “não está tão bem” quanto quando Trump assumiu o cargo saltou de 33% para 40%. O ataque ao Irã começou em 28 de fevereiro.

Pessoas que disseram não estar tão bem cresceram nove pontos entre os entrevistados brancos não universitários e 13 pontos entre independentes inclinados aos republicanos, grupos que apoiaram a eleição de Trump, mas expressam apoio menor à sua condução da guerra.

### PERCEPÇÃO DO FIASCO

Outra pergunta que é escurtinada pelo Post é se, “independentemente do que você pensa da decisão de usar força militar, você acha que as ações dos EUA no Irã este ano foram: bem-sucedidas; não bem-sucedidas; só na frente dará para dizer”.

39% dos adultos entrevistados optaram por “não bem-sucedidas” a 19% de “bem-sucedidas”; com 41% de “só na frente dará para dizer”. Entre os democratas, os percentuais são de respectivamente 67% a 4%, e 29%. Entre os independentes, o escore é de 43% a 9%, com 44% indecisos. Com os entrevistados identificados como republicanos, a coisa se inverte, com 46% considerando a guerra um sucesso contra 7%, e 46% na dúvida.

Quanto a um possível acordo de paz, 48% dos adultos disseram que é melhor um acordo mesmo que seja “pior para os EUA”, sendo que o percentual de democratas que concordam vai a 76% a 24% (que admitem retomar a ação militar para pressionar por um acordo melhor), independentes 50% a 39% e, ao inverso, 21% a 79% entre os republicanos.

Alguns aspectos da frenética campanha de desinformação capitaneada pelo próprio Trump contra o Irã foram avaliados na pesquisa.

A ameaça de Trump em 7 de abril de que “uma civilização inteira morrerá esta noite, nunca mais será retornada”, caso o Irã não fizesse um acordo com os EUA, que precedeu o acordo de cessar-fogo, foi “amplamente impopular”, destacou o Post.

76% tiveram uma visão negativa da postagem de Trump, contra 21% a favor. A declaração dividiu os republicanos, com 57% dos republicanos que se identificam como MAGA tendo uma reação positiva, enquanto 79% dos republicanos não MAGA reagiram negativamente.

Leia a íntegra no site do HP

# A “dosimetria”, Alcolumbre e o bolsonarismo

Derrubada do veto do presidente Lula pelo Congresso Nacional beneficiará golpistas e quadrilheiros, mas a tragédia poderia ter sido pior

MARCO CAMPANELLA

**A**derrubada do veto do presidente Lula ao “PL da Dosimetria”, transcorrida na quinta-feira (30), em sessão do Congresso Nacional, amplamente festejada pelos bolsonaristas e seu entorno, representou um real retrocesso no enfrentamento de determinadas modalidades de crime no país, especialmente aqueles perpetrados contra a democracia e as instituições republicanas.

Os avanços institucionais verificados ao longo das últimas décadas foram severamente golpeados com a decisão de uma maioria parlamentar escancaradamente desconectada dos anseios mais profundos do povo brasileiro e da nacionalidade, senão vejamos.

O chamado “PL da Dosimetria”, que pretendia, originalmente, ser de “anistia ampla, geral e irrestrita”, vetado corretamente pelo presidente, instituiu duas mudanças estruturais com o objetivo de (1) reduzir as penas dos condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023, bem como (2) o tempo de cumprimento de penas destes em regime fechado. No caso dessa última alteração, que modifica o art. 112 da Lei de Execução Penal (L. 7.210/1984), no entanto, os efeitos se estenderiam para potencialmente todos os condenados atualmente em cumprimento de penas no Brasil, ou seja, não apenas para os que cometeram crimes contra o Estado Democrático de Direito.

O presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, prevendo consequências graves caso o veto fosse derrubado na sua integralidade, optou pelo seu faticamento.

Com isso, evitou que sentenciados por crimes gravíssimos como organização (facção) criminosa, feminicídio, corrupção, crimes financeiros, delitos ambientais, entre outros, fossem beneficiados pela medida que, no essencial, favoreceu os golpistas do 8 de janeiro, a começar por Jair Bolsonaro, e todos os que praticaram crimes pelos quais eles foram condenados, recentemente, pelo Supremo Tribunal Federal, mas não evitará que o referido “faticamento” seja questionado na justiça pela sua flagrante inconstitucionalidade, tendo como consequência a anulação da derrubada, ainda que parcial do “PL da Dosimetria”.

Vale ressaltar, preliminarmente, que o projeto vetado na íntegra por Lula vai na contramão das medidas de endurecimento penal no Brasil promovidas pelo Legislativo nos últimos anos, entre as quais se destacam:

O artigo 112 da Lei 7.210/1984 (LEP) sofreu profunda alteração com a Lei nº 13.964/2019, no âmbito do chamado “Pacote Anticrime”, que promoveu o endurecimento das regras de progressão ao instituir um sistema escalonado, variando de 16% a 70% do cumprimento da pena, conforme a gravidade do delito e as circunstâncias do caso concreto.

Posteriormente, com a entrada em vigor da Lei nº 14.994/2024 (Lei do Feminicídio), foi acrescido o inciso



VI-A ao referido dispositivo, estabelecendo o patamar de 55% para a progressão de regime nos casos deste crime específico.

Mais recentemente, o Congresso aprovou o Projeto de Lei nº 5.582/2025, conhecido como “PL Antifacção”, que resultou na edição da Lei nº 15.358/2026 (Marco Legal do Combate ao Crime Organizado — Lei Raul Jungmann). Essa nova alteração também modificou substancialmente o artigo 112 da LEP, elevando os percentuais exigidos para a progressão de regime, especialmente em relação aos crimes mais graves, como os hediondos e aqueles que resultam em morte, caso do feminicídio, que passou de 55% para 75% da pena para fins de progressão.

Outro exemplo é o do crime de roubo com emprego de arma de fogo (artigo 157, § 2º-A, do Código Penal), classificado como crime hediondo praticado com violência ou grave ameaça, que, antes da vigência da Lei nº 15.358/2026, tinha a progressão de regime fixada em 40% do cumprimento da pena, percentual que foi elevado para 70% com a nova legislação.

Assim, caso houvesse a derrubada integral do veto presidencial, como queriam os bolsonaristas, numa clara conexão com os criminosos em geral, o texto aprovado revogaria integralmente o atual dispositivo do artigo 112 da LEP, instituindo norma mais branda do que a atualmente vigente, que poderia ser aplicada a todos os condenados atualmente em cumprimento de pena.

É que, nessa situação aplicar-se-ia a regra do artigo 2º, parágrafo único, do Código Penal, segundo a qual a lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente deve retroagir para alcançar fatos anteriores, ainda que já exista condenação transitada em julgado. É uma vez derrubado o veto e promulgada a lei mais benéfica, ainda que nova lei viesse a reajustar para cima os percentuais de cumprimento de penas para crimes hediondos, por exemplo, essa nova lei não mais alcançaria os condenados atuais, somente aqueles que cometeram crimes depois de sua entrada em vigor.

Foi diante dessa catástrofe que entrou em cena Davi Alcolumbre e setores do centrão, preocupados com a repercussão da extensão do benefício caso o veto fosse derrubado na sua íntegra, mesmo com o risco de que seja, como será, questionado, no STF, pela sua inconstitucionalidade.

Mesmo assim, os efeitos da derrubada são profundamente danosos, pois, além dessa redução genérica do tempo de cumprimento de pena em regime fechado, a lei vetada pelo presidente Lula promoveu duas alterações em dispositivos acrescentados ao Código



**Avalia-se que mais de 200 mil criminosos pegarão carona na decisão sustentada por uma maioria parlamentar que, infelizmente, rendeu-se ao bolsonarismo, cujos próceres apresentam-se, cinicamente, como defensores de uma legislação “mais dura” contra os criminosos, mas, na prática, como ocorreu nessa trágica votação, operam em seu favor, até porque não se diferenciam deles, como tem ficado evidente nas relações tenebrosas com o crime organizado e suas facções, frequentemente desnudadas pelas investigações policiais**

Penal pela Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito (Lei 17.197/2021), com o objetivo explícito de favorecer todos os condenados pelos crimes que culminaram com o fatídico 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

A primeira é a inclusão do art. 359-M-A, que cria uma regra de interpretação da aplicação das penas dos crimes de Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L) e do crime de tentativa de Golpe de Estado (art. 359-M). No julgamento do STF da trama golpista, os réus foram condenados por ambos os crimes e tiveram suas penas aplicadas cumulativamente em razão do chamado concurso material de crimes (art. 69, Código Penal).

Já o texto vetado propõe que “quando os delitos deste Capítulo estão inseridos no mesmo contexto, a pena deverá ser aplicada, ainda que existente designio autônomo, na forma do concurso

formal próprio de que trata a primeira parte do art. 70, vedando-se a aplicação do cômputo cumulativo previsto na segunda parte desse dispositivo e no art. 69 deste Código”, ou seja, mesmo reconhecendo a prática dos dois crimes, com a derrubada do veto, a justiça só poderá aplicar a pena de um dos crimes, o chamado “concurso formal”, no caso, a mais grave.

A segunda mudança proposta no Código Penal acrescenta o art. 359-M-B ao Título XII (Crimes contra O Estado Democrático de Direito), cujo teor é o seguinte: “quando os crimes previstos neste capítulo forem praticados em contexto de multidão, a pena será reduzida de um terço a dois terços, desde que o agente não tenha praticado ato de financiamento ou exercício papel de liderança” – uma formulação feita sob medida para o figurino dos golpistas, a começar pelo principal deles, Jair Bolsonaro.

Aqui não se trata de mudança de regime de cumprimento de pena, nem de regra de interpretação sobre aplicação de penas, mas simplesmente de causa de diminuição de pena, qual seja, o cometimento de crime “em contexto de multidão”.

Com a derrubada do veto, fica concebida a estranha situação em que, se alguns indivíduos tentarem abolir a democracia, impedindo o livre exercício dos poderes constitucionais, e também buscarem aplicar um golpe de Estado, destituindo o governo legitimamente constituído, serão condenados às penas integrais previstas na Lei, mas – e é aí que mora o perigo – se esses mesmos indivíduos estiverem envolvidos em um movimento de massa (“contexto de multidão”), como ocorreu no 8 de Janeiro, terão suas penas reduzidas de um terço a dois terços.

Examinemos o caso específico de Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de pena privativa de liberdade em regime inicial fechado e 124 dias-multa (cada dia-multa no valor

de dois salários mínimos à época dos fatos), sendo 24 anos e nove meses de reclusão, com início em regime fechado, e dois anos e seis meses de detenção, com início em regime aberto. A pena total de Jair Bolsonaro foi fixada com base na soma das seguintes condenações:

. Organização criminosa: sete anos e sete meses de reclusão;

. Abolição violenta do Estado Democrático de Direito: seis anos e seis meses de reclusão;

. Tentativa de golpe de Estado: oito anos e dois meses de reclusão;

. Dano qualificado: dois anos e seis meses de detenção;

. Deterioração do patrimônio tombado: dois anos e seis meses de reclusão.

Com a derrubada do veto, caberá ao Poder Judiciário, no caso ao STF, aplicar essas novas regras propostas a todos os condenados e, quanto à condenação de Bolsonaro, configurou-se a seguinte situação: a mudança no modelo de progressão de regime prevista no texto da lei mantido pela derrubada do veto determina o cumprimento de apenas 1/6 (um sexto) da pena para que o condenado possa passar do regime fechado para o regime semiaberto.

Apenas essa nova regra já permitiria ao golpista-mor da República progredir para o semiaberto em cerca de 4 anos. Mas, aplicando-se a regra do concurso formal de penas no cálculo da condenação, a pena de seis anos e seis meses de reclusão do art. 359-L seria excluída, passando a pena total de 24 para cerca de 18 anos de reclusão. Aplicando-se a regra de 1/6, Bolsonaro poderia progredir para o semiaberto em cerca de 2 anos e meio a 3 anos do início do cumprimento de sua pena.

Portanto, a derrubada do veto torna o sistema democrático vigente mais vulnerável aos ataques, tentativas de golpes de Estado e de desestabilização, ao abrandar os critérios de progressão de regime de cumprimento de pena,

**O que restou da maquete do Congresso após a destruição feita pelos golpistas, em 8 de janeiro de 2022. (Foto: Cláudia Guimarães - Câmara dos Deputados)**

reduzir as penas dos crimes quando praticados por movimentos de massa e ao impor ao Judiciário um critério interpretativo explicitamente casuístico para a dosimetria dos crimes de Abolição Violenta do Estado Democrático e de Golpe de Estado, que favorece os réus já condenados pela trama golpista que resultou nos atos de 8 de janeiro de 2023.

O efeito colateral da desastrosa decisão, ainda que parcial, deverá ser dimensionado com mais precisão e clareza nos próximos dias, quando a justiça, em todo país, em suas variadas instâncias, tiver que se debruçar sobre o que restou da “Dosimetria”.

Avalia-se que mais de 200 mil criminosos pegarão carona na decisão sustentada por uma maioria parlamentar que, infelizmente, rendeu-se ao bolsonarismo, cujos próceres apresentam-se, cinicamente, como defensores de uma legislação “mais dura” contra os criminosos, mas, na prática, como ocorreu nessa trágica votação, operam em seu favor, até porque não se diferenciam deles, como tem ficado evidente nas relações tenebrosas com o crime organizado e suas facções, frequentemente desnudadas pelas investigações policiais.

A tragédia só não foi maior porque Alcolumbre e outras integrantes do centrão, que seriam igualmente impactados pela decisão, fariam a votação, mas, por eles, os bolsonaristas, até mesmo os crimes hediondos seriam atenuados, pois nunca esconderam a posição de derrubada integral do veto do presidente Lula, numa revelação de que estavam dispostos a tudo para salvar a pele dos golpistas, especialmente de Bolsonaro.